FACULDADE DO BAIXO PARNAIBA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUZIA BARROS DA COSTA
RAFAELA CRUZ DE VASCONCELOS
ROSILENE MONTEIRO RIBEIRO

FORMAÇÃO DOCENTE: na perspectiva da educação inclusiva

Chapadinha - MA
2017

LUZIA BARROS DA COSTA
RAFAELA CRUZ DE VASCONCELOS
ROSILENE MONTEIRO RIBEIRO

FORMAÇÃO DOCENTE: na perspectiva da educação inclusiva

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba, para obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.
Orientadora: Profª. Esp. Nivia Maria Silva Bastos

Chapadinha - MA
2017

LUZIA BARROS DA COSTA
RAFAELA CRUZ DE VASCONCELOS
ROSILENE MONTEIRO RIBEIRO

FORMAÇÃO DOCENTE: na perspectiva da educação inclusiva

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba, para obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Nivia Maria Silva Bastos (Orientadora)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

1° Examinador

_____

2° Examinado

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pelo seu infinito amor e pelo dom da vida.

Especialmente, agradecemos por este momento único que estamos vivenciando.

Aos nossos Familiares, nossa maior riqueza e por nos incentivarem sempre a buscar melhores oportunidades para nossa vida.

De forma especial agradecemos a professora orientadora Especialista Nivia Maria Silva Bastos, pessoa querida que, de uma forma muito especial, nos ajudou para efetivação da elaboração deste trabalho.

Agradecemos o nosso querido Coordenador Prof. Marco Aurélio da Silva, por todos incentivos nos momentos difíceis de percurso acadêmico.

Aos demais professores do Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP.

A profª Nony Braga nosso muito obrigado por tudo.

“O trabalho qualificado implica de certo modo um elemento de capital, pois, a educação e a formação exigem recursos”.

Jan Tinbergen

RESUMO

A presente pesquisa se configura pela necessidade de analisarmos e compreendermos a importância da formação docente: na perspectiva da educação inclusiva. Contudo consideramos como estratégia desenvolver a pesquisa bibliográfica a luz dos teóricos: Freire (2005); Nóvoa (1992); Perrenoud (2002); Souza et al (2005); Tardif (2002); Soares (2009). Para a efetivação desde trabalho partimos do principio quali-quantitativo, pois, envolve analisar, as falas de gestores, de professores e pais. Visando assim analisar e compreender as possíveis divergências nas falas dos pesquisados. Nesse sentido consideramos a delineação do nosso foco de pesquisa por meio do problema que é: "O que dizem os educadores de uma escola pública de Chapadinha –MA no que tange a contribuição da formação docente para o desenvolvimento da educação inclusiva"? Para melhor configuração estrutural de nossa pesquisa optamos em desenvolver uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão. Devemos assim mencionar que os dois conceitos que foram foco de nossa pesquisa teórica são Educação inclusiva e formação docente.

Palavras chave: Formação docente, inclusão, escola.

ABSTRACT

The present research is shaped by the need to analyze and understand the importance of teacher education: from the perspective of inclusive education. However, we consider as strategy to develop the bibliographical research in the light of the theorists Freire (2005); Nóvoa (1992); Perrenoud (2002); Souza et al. (2005); Tardif (2002); Soares (2009). For the effectiveness since work we start from the qualitative-quantitative principle, because, it involves analyzing, the statements of managers, teachers and parents. In order to analyze and understand the possible differences in the respondents' speeches. In this sense, we consider the delineation of our research focus through the problem that is: "What do the educators of a public school in Chapadinha -MA say about the contribution of teacher education to the development of inclusive education"? For the better structural configuration of our research we opted to develop an introduction, four chapters and a conclusion. We must therefore mention that the two concepts that were the focus of our theoretical research are inclusive education and teacher training.

Keywords: Teacher training, inclusion, school.

SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado;

CNE – Conselho Nacional de Educação;

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;

FAP – Faculdade do Baixo Parnaíba;

INES – Instituto dos Surdos Mudos;

LPICP – Currículo, práticas e metodologias de ensino;

LP2CP – Saberes docentes, formação profissional e continuada;

LP3CP – Políticas públicas, gestão educacional e gestão escolar;

LP4CP – Escola, cultura e sociedade,

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais;

MEC – Ministério de Educação;

PNE – Plano Nacional de Educação;

PNEE – Política Nacional de Educação Especial;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura;

SCHOLAR – Google acadêmico;

SCIELO – Scientific Electronic Library Online;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Quadro 1 – Relação da quantidade anual de publicações na SciELO 14

Quadro 2 – Scientific Electronic Library Online (SciELO) 15

Quadro 3 – Relação da quantidade anual de publicações na Scholar 17

Quadro 4 – Demonstrativo do repositório da Scielo..... 17

Quadro 5 – Relação de monografias disponibilizados no repositório da FAP 2012 a 2016..... 19

Quadro 6 – Perfil dos Professores entrevistados 48

Quadro 7 – Você faz algum curso de formação?..... 49

Quadro 8 – A sua escola oferece formação continuada para os professores?..... 49

Quadro 9 – Sente-se capacitado a identificar alunos com necessidades educacionais especiais? 49

Quadro 10 – O que significa para você ser professor de alunos com necessidades educacionais especiais? 50

Quadro 11 – Qual a importância da educação especial no processo inclusivo? 50

Quadro 12 – Você se considera um professor inclusivo? 51

Quadro 13 – Você enquanto profissional da educação inclusiva acha importante a formação continuada? 51

Quadro 14 – Os professores sabem como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? 52

Quadro 15– É importante a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula?..... 52

Quadro 16 –É importante a inclusão de alunos com “NE” na sala de aula do Ensino Regular? 53

Quadro 17– O que significa uma escola inclusiva?..... 53

Quadro 18 – que fazer para que ocorra a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola?.....53

Quadro 19– O que o gestor faz junto a comunidade escolar para melhorar as práticas de sala de aula?..... 54

Quadro 20–É necessária uma interação entre família, escola e aluno para a inclusão?..... 54

Quadro 21– A escola oferece formação continuada para os professores sobre inclusão? 54

Quadro 22–Qual sua opinião sobre a inclusão de alunos especiais em sala de aula do ensino regular 55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....11
2 **PESQUISA RELACIONADA AO OBJETO DE ESTUDO**.....**14**
2.1 Scientific Electronic Library Online (SciELO).....14
2.2 Google academic – (Scholar)……..…..16
2.3 Repositório da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).....18
3 CONTEXTO HISTÓRIOCO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....**20**
3.1 A educação especial e a legislação educacional 24
3.2 Educação inclusiva 31
4 FORMAÇÃO CONTINUADA.....**36**
4.1 Formação continuada e inclusão.....39
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS.....**45**
5.1 Características da escola campo.....46
5.1.2 Natureza e tipo de estudo – natureza qualitativa e estudo de caso 48
5.1.3 Quem são as populações da amostra.....49
5.1.4 Perfil da gestora e supervisora.....50
6 CONCLUSÃO.....**57**
REFERÊNCIAS.....**60**
APÊNDICE.....**67**

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge a partir de reflexões que relacionam a importância da formação docente na perspectiva da educação inclusiva bem como a interação entre professor e alunos na perspectiva da inclusão em ambiente escolar. Pois, entendemos que há uma fragilidade na formação docente para a atuação no "AEE" também é verificada na formação de professores em geral.

Portanto, é necessário refletirmos, analisarmos e compreender sobre tais questões de forma a colaborar mais produtivamente com a formação continuada de professores. Contudo é incontestável que a situação da inclusão de deficientes na escola normal é uma luta iniciada a pouco mais de 40 anos no mundo.

Podemos aqui mencionar que no Brasil pouco mais de 20 anos, oficialmente passou-se a discutir e desenvolver políticas públicas referentes à temática.

Apenas na década de 1990 no Brasil teve início de debates a respeito de um modelo de Educação inclusiva voltada á escola regular. A educação especial passou a atender pessoas com transtornos globais e esse atendimento acontece nas instituições. A educação inclusiva visa incluir pessoas com necessidades especiais no ensino comum dentro das salas de aula.

Ás crianças portadores de deficiência tem o direito de frequentar o ensino regular nas escolas públicas e privadas e o atendimento nas escolas especiais. E esse atendimento deve ser ofertado com qualidade visando à melhoria das suas habilidades e de uma educação com qualidade.

Não se trata de apenas o Estado decretar a lei, mas o mesmo deve proporcionar condições para que os portadores de deficiência usufruam de seus direitos e da sua liberdade, facilitando o acesso aos espaços públicos, principalmente no que tange os serviços disponibilizados por lei, ou seja, saúde, segurança, escola pública.

Porém, constatamos que não se trata de um assunto esgotado e também não é nosso objetivo, mas sim fomentar discussões e ações mais efetivas no âmbito desta temática. O principio da normalização iniciado na Europa propôs a inclusão da inclusão de deficientes na rede regular de ensino.

Este princípio também está presente na Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994) onde consta que toda pessoa deficiente tem direito a participar da vida social de maneira o mais "normal" possível, tendo seus direitos reconhecidos pela sociedade em geral.

Percebe-se que a inclusão não cabe no paradigma tradicional da educação, requer um modelo diferente das propostas existentes. Requer conscientização, efetivação da pedagogia da esperança e ainda políticas efetivas cada vez mais. Essa proposta diferenciada parte, tanto do reconhecimento dos direitos dos deficientes pela sociedade, passando pela regulamentação das leis que promovam acessibilidade quanto pela formação do professor.

A presente pesquisa se configura pela necessidade de analisarmos e compreendermos a importância da formação docente: na perspectiva da educação inclusiva. Contudo consideramos como estratégia desenvolver a pesquisa bibliográfica a luz dos teóricos Freire (2005); Nóvoa (1992); Perrenoud (2002); Souza et al (2005); Tardif (2002); Soares (2009). Para a efetivação desde trabalho partimos do principio quali-quantitativo, pois, envolve analisar, as falas de gestores, de professores..

Visando assim analisar e compreender as possíveis divergências nas falas dos pesquisados. Nesse sentido consideramos a delineação do nosso foco de pesquisa por meio do problema que é: *"O que dizem os educadores de uma escola pública de Chapadinha –MA no que tange a contribuição da formação docente para o desenvolvimento da educação inclusiva"?* Devemos assim mencionar que os dois conceitos que foram foco de nossa pesquisa teórica são Educação inclusiva e formação docente.

O professor que não possui uma formação docente de qualidade não tem como em sala de aula realizar um bom trabalho, talvez seja esse o motivo de muitos professores se dizerem não preparados para trabalhar com a educação inclusiva em sala de aula. Pois os alunos não são sujeitos homogêneos, todos possuem suas particularidades, e se o professor não possuir conhecimentos de sua área para trabalhar com os alunos então realmente dificultará o fazer pedagógico implicando na não aprendizagem dos alunos.

Constata-se que na rede regular de ensino existem muitos professores trabalhando sem possuir uma formação docente, supõe-se que talvez seja esse o motivo de não estarem preparados para trabalhar com a educação inclusiva ou seja com alunos com necessidades especiais.

Objetivou-se com o presente estudo analisar a importância da formação docente para o desenvolvimento da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva.

Constata-se a necessidade de uma formação docente de qualidade, para o trabalho didático pedagógico em sala de aula, pois através de uma boa qualificação profissional é possível o professor desempenhar o exercício da docência de forma favorável ao processo de

ensino aprendizagem. Dessa forma pretende-se analisar a importância da formação dos docentes para atuar na educação inclusiva no processo de inclusão e permanência dos alunos dentro do ensino regular, das práticas pedagógicas e metodologias que utilizam para atender as necessidades educacionais de aprendizagem de cada um.

Para melhor configuração estrutural de nossa pesquisa optamos em desenvolver uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão.

Portanto, estruturamos a referida pesquisa em três capítulos, Sendo o capitulo intitulado “Pesquisa relacionada ao objeto de estudo”, ou seja, é o estado da arte onde buscamos efetivá-la através dos repositórios – Scientific Electronic Library Online (SciELO); Google acadêmico (Scholar); Repositório da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

Já o terceiro capítulo é “Contexto histórico da educação especial no Brasil” o qual busca refletir as discussões referentes à educação espacial no Brasil a luz das leis. Para tanto, desenvolvemos duas subseções sendo elas – A educação especial e a legislação educacional e Educação Especial.

No quarto capítulo buscamos a luz de arcabouço teórico refletir sobre a formação continuada e sua relação tênue com a inclusão.

E para melhor exposição da pesquisa buscamos então analisar as falas de gestores, professores por meio da escola lócus. Sendo assim foi necessária a caracterização da escola campo e por fim realizamos as análises dos dados da pesquisa. Dentro deste espectro realizamos algumas considerações, porém mencionamos que muito ainda há de ser pesquisado e refletido no que se refere a essa temática.

2. PESQUISA RELACIONADA AO OBJETO DE ESTUDO – ESTADO DA ARTE

Na seguinte pesquisa fez-se um levantamento das produções científicas na base de dados Scientifi Electronic Library (Scielo), do Google Acadêmico e do Repositório da Faculdade do Baixo Parnaíba, fazendo-se o levantamento de várias publicações entre os anos de 2012 a 2016, foram analisados os aspectos referente ao tema, do resumo, da base teórica e também das palavras-chave de cada produção que são: educação especial; formação continuada; educação Inclusiva; formação docente. A análise das publicações também partiu pela identificação quantitativa e qualitativa das produções.

Portanto, nos últimos quinze anos os grandes centros acadêmicos juntamente com seus pesquisadores tem buscado a implantação da metodologia chamada Estado da Arte. Tal metodologia parte do principio de possibilitar aos pesquisadores um olhar singular mapeando assim por meio de vários sites especializados "repositórios acadêmicos". Essa metodologia possibilita a problematização e classificação de artigos correlacionados sejam pelos títulos ou pelas palavras chave, ou ainda pela metodologia de pesquisa.

Desta forma, percebemos que tal metodologia é interdisciplinar e transversal. Aleatoriamente escolhemos um conjunto de 08 publicações, as quais foram estruturadas por ano de defesa, em tabelas contendo as seguintes informações: sites, ano, e tipo de trabalho. Assim, as tabelas a seguir mostram a distribuição dessas publicações nos anos de 2012 a 2017.

2.1 Scielo - Scientific Electronic Library Online

Abrimos essa seção demonstrando de forma geral a quantidade de publicações disponibilizadas nos anos de 20012, 2014, 2015 e 2016.

Quadro 1– **Relação da quantidade anual de publicações na SciELO**[1]

ANOS DAS PUBLICAÇÕES	Quant. Publicações na SCIELO
2012	08
2014	14
2015	10
2016	09
TOTAL	

Fonte: Scientific Electronic Library Online Coleção de revistas e artigos científicos– 2017.1

[1] Ressaltamos que a pesquisa foi realizada no site da http://www.scielo.org/php/index.php objetivando as palavras chave Educação inclusiva, formação docente e aprendizagem.

No repositório do site da Scielo escolhemos apenas 4 artigos que são mais relevantes para a nossa pesquisa, que são:

Quadro 2– **Demonstrativo do repositório da Scielo**

ANO	TEMA
2012	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR
2014	OBJETO VIRTUAL DE APRENDIZAGEM INCLUIR: RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES VISANDO À INCLUSÃO.
2015	FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAR NA DIVERSIDADE: CONCEPÇÕES SUBJACENTES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E NA PRÁTICA EXPLICITADA
2016	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇAO DOCENTE

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Leda Maria Borges da Cunha Rodrigues Vera Lúcia Messias Fialho Capellini, publicam em 2012 o artigo ‘’Educação a distância e formação continuada do professor’’, que objetiva analisar a contribuição da educação a distancia no processo de formação continuada dos professores para atuarem na educação inclusiva, e como é ofertada essa educação.

O tipo da pesquisa foi de caráter qualitativo abrangendo também a pesquisa de campo e bibliográfica, por meio da pesquisa foi possível constatar que a educação a distancia contribui na continuação da formação de professores, porém em muitos casos os cursos precisam ser ofertados em prol de que os participantes tenham a sensação de estarem sendo observados e que poderão contar com o professor que está ofertando o curso.

No artigo com o tema “Objeto Virtual de aprendizagem *incluir*: recurso para a formação de professores visando à inclusão’’ das autoras Cláudia A, Bisole Carla Beatriz Valentini, publicado no ano de 2014, apresenta uma discussão sobre a formação de professores para atuar na educação inclusiva tendo como objetivo a criação de um instrumento facilitador à essa formação visando às práticas pedagógicas adequadas para serem aplicadas no processo de inclusão na escola. E que o professor deve estar disponível para ajudar seus alunos a superar suas necessidades e apto as mudanças. Segundo Skliar (2008, p.11), “Mais do que estar preparado, no sentido de antecipado a alguma situação educativa particular, o que conta, o que vale à pena, é estar disponível, estar aberto à existência dos demais”.

O educador deve está preparado para lidar com essas diversidades dentro da sala de aula e uma boa formação vai lhe dar esse suporte, mais é no cotidiano da sala de aula e com as práticas que ele vai adquirir conhecimentos necessários para trabalhar as necessidades de cada aluno.

O tipo de pesquisa adotada foi de caráter qualitativa e quantitativa abrangendo também a pesquisa ação e documental, por meio da pesquisa adotada, foi constatado que,

precisa-se investir na formação de professores para atuar na educação inclusiva e que os mesmos estejam disponíveis para os outros.

No ano de 2015 Niédja Maria Ferreira Lima e Ana Dorziat apresentam uma pesquisa com o tema ‘’Formação docente para educar na diversidade: concepções subjacentes nos documentos oficiais e na prática explicitada’’ com o objetivo de analisara formação docente e sua prática na educação inclusiva, com o intuito de averiguar se o que diz a teoria está acontecendo na prática. Se os professores com sua formação estão preparados para trabalhar com alunos com necessidades especiais dentro da sala de aula no processo de inclusão

Como afirma Arce (2001, p. 267).

> “[...] visando formar um profissional capaz de teorizar sobre as relações entre educação e sociedade e, aí, sim, como parte dessa análise teórica, refletir sobre sua prática, propor mudanças significativas na educação e contribuir para que os alunos tenham acesso à cultura resultante do processo de acumulação sócio-histórica pelo qual a humanidade tem passado”

A pesquisa foi no âmbito qualitativo por meio de um estudo documental, e relatórios desse Município, e em escolas da rede pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o resultado da pesquisa constatou que muito dos professores não tinham acesso à formação continuada, e não tinha uma educação totalmente inclusiva.

O artigo ‘’A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente’’ das autoras Lídia Mara Fernandes Lopes Tavares, Larissa Medeiros Marinho dos Santos e Maria Nivalda Carvalho Freitas de 2016, objetiva investigar se a formação inicial é suficiente para os professores que atuam com alunos com necessidades especiais no ensino regular do fundamental na educação inclusiva.

É uma pesquisa de caráter qualitativa, de campo e bibliográfico, o resulta obtido revelou que precisa avançar na formação de professores para atuar na educação inclusiva e no que diz respeita a inclusão de crianças na rede de ensino.

2.2 Google acadêmico – SCHOLAR

Observamos que de forma geral o Google acadêmico – SCHOLAR publicou um total de 35.590 somando os anos de 2013; 2016 e 2017.

Quadro 3– **Relação da quantidade anual de publicações na Scholar**

ANOS DAS PUBLICAÇÕES	Quant. Publicações na Scholar
2013	16.300
2016	17.900
2017	1.390
TOTAL	35.590

Fonte: **Google Acadêmico – Scholar –** ***2017.1***

Da pesquisa feita no site no Google Acadêmico – Scholar, foi feita a escolha de apenas 3 artigos que focam mais com a nossa pesquisa, que são:

Quadro 4– **Demonstrativo do repositório da Scholar**

ANO	TEMA
2013	FORMAÇÃO CONTINUADA COMO ESTRATÉGIA PARA ATENDER AS NOVAS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
2015	FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DILEMAS E DESAFIOS
2016	FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAÇÃO COM ESTUDANTES QUE APRESENTAM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Em 2013 as autoras Rosângela Gavioli Prieto, Simone Girardi Ribeiro Andrade e Raquel da Silva publicam o artigo "Formação Continuada como Estratégia para Atender as novas Demandas da Educação Especial", com o objetivo de analisar a formação continuada dos professores a partir de estratégias criadas para atender a educação especial no processo de melhoria da educação inclusiva.

A pesquisa é no âmbito qualitativo, ação e bibliográfico, o resultado da pesquisa demonstrou o aumento de políticas voltada a essa área, mas ainda precisa de um instrumento que facilite a avaliação dessa política para analisar os resultados dessa oferta na educação especial.

O artigo ''formação docente para uma educação inclusiva: dilemas e desafios'' dos autores Marcelo Oliveira da Silva e Maria Inês Côrte Vitória do ano de 2015, objetivou discutir a formação docente no contexto da educação inclusiva, como o decente lhe lidar com a inclusão, as práticas e dificuldades encontradas.

De acordo com (LONGWORTH *apud* ZABALZA, 2004b, p. 54):

> Chamamos de 'aprendizagem contínua' o desenvolvimento do potencial humano através de um processo de apoio constante que estimule e capacite os sujeitos a adquirir os conhecimentos, os valores, as habilidades e a compreensão das coisas que vão necessitar para saber aplicá-los com confiança, criatividades e prazer em quantos papéis, circunstâncias e ambientes vejam-se envolvidos durante toda a sua vida .

O autor destaca a importância da formação continuada do professor como uma das ferramentas facilitadoras para as suas práticas pedagógicas, e habilidades adequadas no processo de inclusão de alunos com necessidades especial.

O tipo de pesquisa adotada foi de caráter qualitativo abrangendo também a pesquisa ação, através, da pesquisa constatou que a formação inicial é muito importante, pois dá suporte ao docente, e que a continuação dessa formação deve continuar e partir do professor, o mesmo devera sempre buscar atualização de seus conhecimentos.

No artigo "formação docente para atuação com estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais numa perspectiva inclusiva" do ano de 2016 da autora Leila Araújo de Lima, tem como objetivo analisar a formação docente para atuar na educação inclusiva com alunos com necessidades especiais, e como os acadêmicos na sua formação estariam sendo preparados para atuarem com esses alunos no processo inclusivo.

Oliveira (2009, p.27). fala o seguinte:

> "[...] necessidade de uma formação continuada dos profissionais da educação, em conhecer e aceitar as diferenças, conviver e aprender a lidar, pedagogicamente, com elas, é um dos itens que as novas exigências educacionais propõem aos profissionais envolvidos no processo de educar".

Além de uma formação adequada os professores também precisam de uma preparação para trabalhar na educação inclusiva, a formação continuada capacita os docentes para receber e lidar com as necessidades especiais dos alunos. A pesquisa é qualitativa e quantitativa, de estudo documental e de campo, a pesquisa revelou que o curso de licenciatura não oferecia suportes suficientes à formação dos acadêmicos, tinham pouca disciplinas e pouco acesso à realidade de uma sala de aula com alunos com necessidades especiais, faltava à prática.

2.3 Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP

O Repositório Institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) foi criado para reunir, armazenar, preservar e divulgar a produção científica produzida pelos alunos de graduação dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia e Serviço Social e Pós-Graduação, bem como de outros que serão implantados posteriormente.

Portanto, buscamos nessa primeira etapa da pesquisa bibliográfica realizar uma análise de 1 (uma) monografia disponibilizada no Repositório Institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba – (FAP). Ressaltamos que no repositório da "FAP" existem quatro linhas de pesquisas sendo elas a – LPICP – Currículo, práticas e metodologias de ensino; LP2CP –

Saberes docentes, formação profissional e continuada; LP3CP – Políticas públicas, gestão educacional e gestão escolar; LP4CP – Escola, cultura e sociedade.

Quadro 5– **Relação de monografias disponibilizados no repositório da FAP 2012 a 2016**

Ano de Publicação	Linha de Pesquisa	Palavras chave
2012 a 2016	LP1CP – 5 artigos	Inclusão, professores e escola
2013	LP2CP – 1 artigo	Educação especial, inclusão, formação de professores
-	LP3CP	-
2014	LP4CP – 2 artigo	Inclusão, deficiência, educação especial

Fonte: site da (Repositório – FAP) elaboração própria – 2017.1

Conforme podemos observar no quadro demonstrativo acima atualmente existem 08 (oito) monografias cadastradas no repositório sendo essas especificamente com a temática relacionada diretamente ao nosso objeto de pesquisa.

Dentro de nossa proposta investigatório no que tange o escopo de entendimento sobre o estado da arte já analisamos 7 (sete) artigos. Portanto, justificamos aqui a escolha de apenas uma monografia para nossa análise. A qual é intitulada de "A educação especial e a formação do professor" das professoras autoras Ismenia do Nascimento dos Santos e Ricelle do Nascimento dos Santos publicada no ano de 2013. As palavras–chave de esta pesquisa são: Educação Especial. Inclusão. Formação Docente.

Teve por objetivo analisar a inclusão de pessoas com deficiência no meio escolar juntamente com a formação do professor para a educação especial. O método investigativo foi de caráter qualitativo de caráter bibliográfico e para tal recorreção aos autores Pessoti (1984), Mantoan (2006), Ferreira (2003) e ainda da Declaração de Salamanca (1994), LDB (9394/96), Direito da Pessoa com Deficiência (1989). As autoras concluíram que muitos são os desafios no que tange a transformação no contexto educacional apesar de estar ocorrendo no espaço escolar às inclusões de pessoas com deficiências. Mas, é preciso pensar em mais ações e encaminhamentos para cada vez mais ocorra à inclusão.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial teve sua trajetória ao longo dos anos, atualmente tem dado maior ênfase e conhecimento sobre as mesmas, é preciso que se faça uma breve analise da sua trajetória para entender melhor seu processo.

Não é de agora que as pessoas com deficiências buscam-se integrar no meio social e conquistar seus direitos. São pessoas que á séculos vêm tentando ser vistas como sujeitos de conhecimentos e saberes, não é por serem ‘’ diferentes’’ que devem ser tratadas com ‘’indiferença’’.

Soares (2012), fala que “Numa visão da trajetória do tratamento dispensado aos portadores de deficiência, observa-se que no período compreendido entre a Antiguidade e a Idade Média eles eram tratadas e vistas de várias formas, nas diferentes culturais em que se inseriam” (p. 17). Nesses períodos as crianças que nasciam com alguma deficiência eram sacrificadas e vista como pessoas sem ‘’alma’’ Carmo (1991, p.24) “[...] na idade média, o povo acreditava que um corpo deformado só poderia abrigar uma mente deformada”. Portando, desde primórdios que as pessoas com necessidades sofriam por nasceram com alguma deficiência.

Beyer (2010, p.12) destaca que:

> “[...] Essa história demonstra que nunca houve uma escola, de fato, para todos. [...] Na antiguidade, apenas os ricos podiam usufruir de uma educação escolar. Na Idade Média, a educação formal tornou-se um privilegio dos alunos dos mosteiros e dos filhos da nobreza”.

Nessas décadas não havia uma educação voltada para todos, apenas para a elite, os quem tinham alguma aquisição poderiam ter direito a essa educação. As pessoas de classes baixas não tinham essa educação e incluindo estavam os portadores de deficiências.

Tempo histórico é marcado por segregação, integração e exclusão. A falta de conhecimento sobre algo determina a não aceitação e em um olhar diferente. Até o século XVIII, não tinha estudos científicos que abordava sobre a educação de pessoas com deficiência e nem mesmo noções a respeito do que seria deficiência (MAZZOTA, 2005).

A falta de conhecimento científico fazia com que as pessoas tivessem um conhecimento limitado, em mitologias e teologias, e deixavam de pensar e refletir sobre um novo conhecimento. E por trazerem esses conhecimentos ao longo das gerações, que as pessoas portadoras de deficiências sofriam injustiças e muitas das vezes eram vistas como marginais. Mazzotta (2005) em seus estudos destaque:

> Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribui para que as pessoas portadoras de deficiências, por ‘’serem diferentes’’, fossem marginalizadas, ignoradas (p.16).

Apenas algumas pessoas tinham um conceito diferente sobre as pessoas que tinham deficiência e sobre seu papel na sociedade como sujeitos iguais. E partindo desse conceito começaram ações assistencialistas aos portadores de deficiências.

As primeiras ações voltadas para atender as pessoas portadoras de deficiências partiram de líderes e de pessoas que tinham outra visão sobre deficiência e queriam passar para os grupos e organizações que pensassem num atendimento voltado para os deficientes.

> Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil.(MAZZOTA, 2005. p.17)

Essas iniciativas foram importantes para o processo de evolução da educação especial aos portadores de necessidades especiais. Porém, o convívio com a sociedade era difícil, pois os deficientes viviam em confinamento nas instituições, eles não saiam das instituições e assim não poderiam conviver socialmente.

Do século XVIII até o século XIX o atendimento voltado á educação das pessoas deficientes teve uma importante evolução do que diz respeito a conscientização de uma educação especial e educação inclusiva no âmbito nacional. E um marco importante nas mudanças sociais referente aos mais variados setores de uma melhoria em suas ações pautadas neste contexto.

Beyer (2010, p.11) aborda que “[...] as crianças com deficiência eram atendidas nas escolas especiais, e as crianças ditas normais nas escolas regulares. Não havia praticamente qualquer situação de trabalho comum entre as escolas especiais e as escolas regulares”.

Nessa afirmação pode-se ressaltar que as crianças que tinham deficiência eram excluídas do ensino regular e professores que eram específicos para trabalhar apenas com a educação especial e àqueles para a educação regular.

No Brasil as primeiras iniciativas começaram somente na metade do século XIX. Eram instituições particulares, isoladas e sem fim lucrativo, com o intuito de refletir nos educadores o interesse pela educação dos deficientes. Eram organizações que atendia deficientes surdos, mudos, deficientes mentais e físicos, esses atendimentos estavam ligados apenas ao cuidar.

O país vivenciou dois momentos marcantes no que diz respeito ao processo da educação especial, a fundação do instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje conhecido como Instituto Benjamim Constanti, e em 1857 a criação do Instituto dos Surdos Mudos, hoje chamada de "INES". Esses dois momentos foram importantes para a evolução da educação especial, e as crianças começaram ater direto a uma educação e serem inseridas na sociedade.

Segundo Mazzotta (2005);

> Em ambos os Institutos, algum tempo depois da inauguração, foram instaladas oficinas para aprendizagem de ofícios. Oficina de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas: oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos (p.29).

Os dois institutos atendiam apenas crianças mudas e surdas e não era ofertada a todas as crianças. Era uma educação voltada apenas para o trabalho, e não uma educação voltada para educar.

Após um século das iniciativas para a educação aos deficientes, o país começa um marco importante nas suas ações junta a essa educação e a inclusão. A partir do final da década de 1950, segundo MAZZOTTA (2005, p. 27) "Inclusão'' da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "educação especial" na política educacional brasileira só vem a acontece somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX".

Outro período marcante foi de 1957 a 1993, que tinha no âmbito nacional uma educação voltada aos excepcionais. A partir de 1970 começaram as discussões no país voltado á Educação Especial, e passou-se a ser responsabilidade do governo a criação de instituições públicas e privadas, de órgãos federativos e estaduais para o atendimento as pessoas com necessidades especiais.

Apenas na década de 1990 no Brasil teve início de debates a respeito de um modelo de Educação inclusiva voltada á escola regular. A educação especial passou a atender pessoas com transtornos globais e esse atendimento acontece nas instituições. A educação inclusiva visa incluir pessoas com necessidades especiais no ensino comum dentro das salas de aula.

Um período marcante na criação das políticas públicas para a educação especial foi em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, "LDB" pela Lei nº 4.024/61. Segunda Mazzota (2005), essa lei deve garantir "[...] o direito dos excepcionais à educação, indica em seu artigo nº 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadra-se no sistema geral de educação'' (p.68).

A educação especial deverá acontecer em nível nacional para todos aqueles que possuem algumas necessidades especiais no ensino comum. E de uma educação especializada para os que precisam de um atendimento especial. Porém, essa educação dos excepcionais não estaria totalmente voltada para o ensino geral, mas sim em uma educação especial.

E a Lei n° 5,692/71 que foi alterada para a Lei n° 7,044/82, que regulamenta o ensino comum e especial no âmbito geral da educação e de uma formação para os professores para que possam receber e trabalhar com esses alunos. Mazzota (2005), ressalta que no artigo 9°, a Lei n° 5,692/71 assegura "[...] tratamento especial aos alunos que apresenta deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados'' com o que os Conselhos Estaduais de Educação definiram (p.69).

De acordo com essa citação está dividida uma educação geral para os excepcionais no sistema de educação do país estarem inseridos na educação especial. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece em seu Artigo 208 "Da Educação, da Cultura e do Desporto" referente ao dever do Estado com a educação, que ele deverá partir da garantia de "[...] III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]" (MAZZOTA, 2005, p.77).

As instituições privadas tem um papel importante na educação especial referente ao atendimento especializado, essas instituições recebiam apoio dos órgãos públicos, Mazzota (2005), fala desse apoio, que "[...] para além da ação governamental estadual, em termos de política educacional, não se pode menosprezar, e tampouco ignorar, a expressiva atuação dos órgãos públicos federais "MEC" na prestação de apoio técnico e financeiro às instituições especializadas particulares (p.184).

Durante séculos, foi negada a inclusão de pessoas com necessidades especiais e o direito de conviver socialmente com os demais. Com passar dos anos essa realidade foi mudando e as pessoas com necessidades especiais aos poucos foram conquistando seu lugar que é de direito na sociedade, começou com instituições, depois com atendimentos assistencialistas, mas isso não lhes oferecia uma educação de qualidade e nem uma total inclusão.

Hoje nos dias atuais essa inclusão é garantida a todas as pessoas que tem necessidades especiais e devem frequentar a rede de ensino regular, e as escolas devem está preparadas para receber esses alunos. No entanto, tem muito que fazer para que a inclusão de pessoas com necessidades especiais aconteça como a lei estabelece.

3.1 A educação especial e a legislação educacional

Ao longo dos anos houve mudanças significativas nos paradigmas dessa educação. A educação especial foi uma conquista para os portadores de necessidades especiais, por meio dela eles passaram a ser vistos pela sociedade como pessoas de direitos e de conhecimento. Mas foram longos anos até se chegar nessa educação, em uma educação voltada para os que foram excluídos socialmente.

Partindo dessa perspectiva houve também a preocupação dos poderes públicos com essa educação e de uma pedagogia voltada para a educação inclusiva, e com práticas para uma aprendizagem.

Uma educação para incluir pessoas com necessidades especiais no convívio com a sociedade, porém nem todas as ***deficiências*** estavam inseridas nessa educação. Partindo dessa realidade que na década de 1980 surgiram grandes lutas pelo direto das pessoas portadoras de deficiência uma educação de qualidade e igualdade para todos.

Conforme Antunes (2008) "[...] destaca que até o século XX o Estado não era responsável pelo atendimento das crianças que nasciam com alguma deficiência e que a obrigação era apenas dos seus pais cuidar dessas crianças" (p.15). Percebe-se que a discriminação era muito grande com as pessoas que tinha necessidade especial independente de qual fosse ela.

Até chegar às classes especiais, foi uma grande caminhada e por meio dela as pessoas portadoras de deficiência começaram a ser vistas pela sociedade com outro olhar. Foi um começo para se chegar à educação especial. Era um sistema segregacionista, pois, àqueles que eram diagnosticados com algum ‘’problema de aprendizagem’’ era considerado incapaz de aprender. Somente por volta de 1950 que a educação especial começa a fazer parte de uma educação no espaço escolar comum.

A constituição Brasileira de 1988 no seu artigo 208 no parágrafo III diz que "[...] o atendimento aos portadores de deficiência deverá acontecer de preferência no ensino regular. Os portadores de deficiência podem frequentar a sala de aula do ensino comum com os demais alunos, e de uma educação de qualidade" (BRASIL, 2001, p.122).

De acordo com Lei N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989 decreta a integração das pessoas portadoras de deficiência no meio social. No seu artigo nº 2º parágrafo I- da área da educação: b) A inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, Privadas e públicas (p.85).

Ás crianças portadores de deficiência tem o direito de frequentar o ensino regular nas escolas públicas e privadas e o atendimento nas escolas especiais. E esse atendimento deve ser ofertado com qualidade visando à melhoria das suas habilidades e de uma educação com qualidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente "ECA" Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990, estabelece em seu Art. 11 que "§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado" (BRASIL, 2014A, p.27).

A escola deverá está capacitada pra atender todos os alunos, e com profissionais preparadas para trabalhar com os educandos com necessidades especiais, os mesmos devem irem instituições de apoio para um atendimento especializado, pois o mesmo deverá diagnostica déficits e potencialidades que ajudará no ponto de partida a superar as dificuldades que possivelmente surgirão no processo de ensino aprendizagem. Na educação especial nem todos vão precisar de um atendimento especializado.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em 1990 na Tailândia, organizada pela "UNESCO", da qual o Brasil é signatário. Ela realça o direito de todos à educação, traz objetivos e metas consideráveis a serem cumpridas. No artigo 3º dessa conferência fala da Universalização da educação, uma educação onde todos têm direitos e participem:

> As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, s/p).[2]

Os órgãos públicos devem garantir aos portadores de deficiência uma boa educação para que suas necessidades educacionais possam ser atendidas conforme seu gral para uma aprendizagem significativa.

Com a Declaração de Salamanca em 1994 deu-se um novo passo para a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação regular e que são pessoas com direitos iguais. Essa declaração visa acabar com todo o tipo de discriminação e injustiça contra as pessoas com necessidades especiais.

> Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Uma pedagogia centrada na criança é beneficial a todos os estudantes e, consequentemente, à sociedade como um todo (SALAMANCA, 1994, s/p).

[2] Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990. Fonte retirada da http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html. portanto, não contem paginação.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) todas as crianças devem aprender juntas, então partindo desse princípio as escolas devem se estruturar para atender as necessidades de cada aluno. Quando se fala em uma pedagogia centrada na criança num currículo apropriado voltado para a educação dos alunos com necessidades especiais, de métodos, recursos, e práticas adequadas para que aconteça o ensino aprendizagem de todos com qualidade. Os alunos que possuem necessidade especial precisam de uma educação voltada para atender assuas peculiaridades e desenvolver melhor suas habilidades.

Mazzota (2005, p.47) diz:

> "[...] a Educação Especial é conceituada sob uma ‘’visão estática’ ’compreendendo uma relação direta e necessária entre o portador de deficiência, condutas típicas ou de altas habilidades e a educação especial. Nesse sentido, supõe que todas as pessoas nestas condições requerem a educação especial" (p.47).

Uma educação no ensino regular voltada àqueles que necessitam de um atendimento especializado pra o pleno desenvolvimento em sua aprendizagem. A educação especial não substitui o ensino regular comum, ela dá assistência a esse ensino. O "MEC", desenvolveu, por meio da Secretaria de Educação Especial, uma política que visa à implementação das crianças com dificuldades e com necessidades especiais no Sistema de ensino, propondo a inclusão sem limites. (ANTUNES, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional "LDBN", Lei n°9.394/96, o seu primeiro capítulo é todo voltado à modalidade da Educação especial na rede regular de ensino e o inciso primeiro do seu artigo 58 fala que "§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial". (CARNEIRO, 2012, p.425).

No entanto a frase "quando necessário'' nos instiga a uma ideia de que nem sempre esse ensino acontecerá na rede regula de ensino.

Esse ensino já era garantido e ofertado, porém precisavam criar um currículo voltado para atender as necessidades educacionais destes alunos. E no artigo 59 da "LDB/96" no primeiro parágrafo, ele assegura "[...] I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades". (CARNEIRO, 2012, p.438).

Oferece-se oportunidade de uma educação a todos independentemente de suas condições sociais, físicas mentais, e garante recursos para que seja ofertada no âmbito da inclusão. De acordo com essa afirmação para que aconteça essa educação é preciso de um currículo que possa atender essa demanda, fala também de métodos e técnicas que os

professores precisam levar para a sala de aula para trabalhar com as necessidades de cada aluno.

No artigo 60 desta mesma lei vem ressaltar o papel do poder público junto a essa educação;

> Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caraterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializada e com educação inclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público. (CARNEIRO, 2012, p. 44).

Assim conforme o artigo o poder público deve garantir os recursos necessários para que essa educação possa acontecer. Tanto no apoio técnico como no financeiro em prol de uma educação voltado para aqueles que necessitam de um atendimento mais especial e de uma educação para todos com a mesma qualidade. No seu parágrafo único desse mesmo artigo vem assegurar como deverá sem ofertada esse apoio que o ‘’poder público, adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições prevista nesse artigo’’.

O decreto nº 3.208, de 20 de Dezembro de 1999 dispõe de políticas nacionais para a integração do portador de deficiência e sua plena interação com o meio social. O artigo 5º decreta:

> II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico. (PLANALTO, 1999. s/p).[3]

O Estado deve garantir a interação das pessoas portadoras de deficiência com a sociedade, de uma boa educação, espaço nas suas estruturas físicas e no meio de trabalho para que essas pessoas possam usufruir de seus direitos e da sua liberdade. E o parecer CNE/CEB nº 17/ 2001, referente aos documentos que regem a Educação especial, cita:

> 1 – “Proposta de Inclusão de Itens ou Disciplina acerca dos Portadores de Necessidades Especiais nos Currículos dos cursos de 1° e 2º graus’’ (sic); 2 – a) ‘’ Desafios para a Educação Especial frente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional’’; b) ‘’ Formação de Professores para a educação Inclusiva’’; c) ‘’ Recomendações aos Sistemas de Ensino’’; e, d) Referenciais para a Educação Especial’’. (BRASIL, 2001, p.7).

Esse documento define como a educação especial deve ser ofertada no ambiente escolar, e que é fundamental a formação docente para trabalhar com alunos com necessidades especiais e de atendimento educacional especializado àqueles que necessitarem.

[3] Fonte retirada do PLANALTO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. por tanto não contém paginação.

O Plano Nacional de Educação "PNE" Lei nº 10.172/2001 vêm estabelecer uma educação com metas e objetivos para que o sistema de ensino possa atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O Plano Nacional de Educação é um documento legal que garante uma educação para todos e com qualidade, uma sociedade mais justa e inclusiva ao longo dos anos. E o Plano Nacional de Educação de Lei n° 13.005 de 25 de junho de 2014, ratifica a educação nacional por mais 10 anos, de 2014 a 2024, com diretrizes, metas e objetivos a serem almejados à educação, na sua seguinte meta a firma:

> "[...] universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados". (BRASIL, 2014, p.55).

O atendimento educacional especializado "AEE" está integrado nesse ensino para reconhecer as necessidades de cada um individualmente.

> Este atendimento não substitui a escolarização em classe comum e é ofertado no contra turno da escolarização em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola pública ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2013, p. 42).

Os professores do "AEE" devem está preparados para reconhecer as necessidades especiais dos alunos. Daí a importância de uma formação para esses docentes a uma educação positiva no processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. E falando sobre essa formação, Boato (2009) descreve que:

> A resolução 02 de 2001 do Conselho Nacional de Educação instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica propondo a oferta de professores especializados para trabalhar no atendimento educacional de alunos com necessidades especiais, tanto no ensino especial como no ensino regular. (p.20).

A Convenção de Guatemala, decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 promulga o fim de toda descriminação voltada para as pessoas portadoras de deficiências, no seu Artigo II: Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade (s/p).[4]

Toda pessoa independentemente da sua condição física e mental, têm o mesmo direito de viver socialmente e de usufruir desses direitos. Essa Convenção vem acabar com

[4] Retirada do documento Convenção de Guatemala 2001. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/guatemala.pdf ou

todas as formas de discriminação que os portadores de deficiência sofrem cotidianamente. Não é por terem uma "deficiência" que não são iguais, que podem ser chamados como aleijado ou doido. Eles são pessoas como qualquer outra, e devem ser respeitados e olhados como sujeitos que têm direitos e de deveres na sociedade.

E no artigo III desta Convenção aborda o dever do Estado junto aos portadores de deficiências, decreta que "Medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência" (GUATEMALA, 2001, s/p).[5]

Não basta só o Estado decretar a lei, deve criar condições para que os portadores de deficiência usufruam de seus direitos e da sua liberdade, criar condições que facilitem seu acesso nas ruas e em espaços públicos. A Salamanca (1994) também aborda sobre o papel do Estado na implementação da educação especial no processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais.

A Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais "LIBRAS", deve ser oferecidos aos estudantes surdos no processo educacional. O Art.2º diz:

> Deve ser garantido, por parte do poder público em geral [...] formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.(Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência. (BRASIL, 2002, p.172).

A partir desta citação acima fica objetivado que o poder público deverá garantir as escolas o material adequado para trabalhar com alunos surdos, que necessitam de profissionais de apoio, salas de recursos, material adaptado, para o ensino de "LIBRAS", adoção do sistema Braile, modificas mudanças nos processos de planejamento da escola. Que deverá ser planejado para implementar a esse novo ensino aos alunos surdos.

Em 2008 pelo Decreto de nº 6.571, de 17 de setembro, foi criada a Política Nacional de Educação Especial "PNEE" na Perspectiva da Educação Inclusiva, que vêm orientar como deverá acontecer essa educação no ensino regular e especial. Entre seus objetivos estabelece:

> "[...] transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; – "atendimento educacional especializado; – formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar". (BRASIL, 2008, s/p).

[5] Retirada do documento da Convenção de Guatemala 2001. Disponível em:. http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/legislacao-internacional/guatemala.pdf/view

O documento define a educação especial como uma modalidade de ensino que deve ser ofertada na rede regular, do atendimento especializados aos alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. E da formação de professores para trabalharem tanto na educação inclusiva como no atendimento especializado para uma boa aprendizagem desses alunos. E destaca também o aspecto da transversalidade que é muito importante para o avanço da educação inclusiva no sistema educacional. E dentre as suas diretrizes destaca que:

> Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008, s/p).

Os sistemas deveram criar planos de educação voltada para atender a educação especial e inclusiva conforme estabelece as diretrizes propostas nesse documento. De profissionais preparados para atender as necessidades de cada aluno e de recursos adequado para trabalharem, e destaca também a criação das salas de recurso multifuncionais. A Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência decretada pelo n°6.949/09vem mudar a realidade de vida dessas pessoas, no artigo de nº 3 dos princípios gerais diz "[...] O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas". (PLANALTO, 2009, s/p).[6]

As pessoas com necessidades especiais têm o direito de fazer as suas próprias escolhas de ir e vir sozinhas (as que podem) e devem ser respeitadas nas suas escolhas.

O Plano Nacional de Educação "PNE" de 2011 do decreto n° 7.612, com metas e objetivos a serem cumpridos referentes à educação inclusiva. No art.3° São diretrizes do Plano viver sem Limite "I-garantia de um sistema educacional inclusivo; II - garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado"

A garantia de uma educação inclusiva e do apoio do poder público para essa educação, de atendimento à saúde, a reabilitação, e atendimento para as pessoas com necessidades especiais que necessitarem.

---

[6] Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm por tanto não contém paginação.

A cada ano que se passa melhora a modalidade desse ensino no país. Mais ainda tem muito que fazer para que a inclusão aconteça. O conceito que muitos tem sobre a educação especial é que ela apenas é uma assistências para os portadores de necessidades especiais, e não é, ela dá apoio por meio do atendimento assistencialista aos que necessitam e aqueles que tem condições a frequentar um ensino comum na rede regular para o processo de inclusão dos mesmos na educação.

3.2 Educação Inclusiva

No contexto da escola Matoan (2006) fala das transformações que as escolas especiais e regulares devem abranger para que aconteça a inclusão, elas devem sair do comodismo em que se encontram e lutar por mudanças e por movimentos, ou seja, a partir dessas mudanças cada uma vai poder fazer seu tralho e acontecerá assim a inclusão "[...] uma coisa é aceitar a teoria da inclusão, outro bem diferente e mais difícil é saber como fazer isso. É chegada a hora de uma nova pedagogia. A pedagogia da inclusão" (ANTUNES, 2008, p.9).

Para acontecer à inclusão é preciso criar também uma nova pedagogia, e acima de tudo é preciso fazê-la acontecer dentro das escolas, é criar ações, um currículo, formação de professores, para assim poder suprir as necessidades de cada aluno. Pensar na inclusão de pessoas diferentes é pensar com nobreza é ter compromisso e objetivos na melhoria dessa educação, é acreditar nas possibilidades de conhecimento, é respeitar as diversidades.

Conforme Santos (2008);

> Nesse sentido, a educação inclusiva tem importância fundamental, pois busca, por princípio básico, a minimização de todos e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes (p.12).

No processo de inclusão, uma educação sem discriminação, aceita as diferenças, pois todos somos iguais e diferentes. Iguais em direitos e diferentes em: cultura, religião, raça e no social e essas diferenças devem ser respeitadas e valorizadas. Cada aluno aprende do seu jeito e no seu tempo, e todos temos direitos em uma educação de qualidade, valorizando as diferenças.

Sobre a escola inclusiva Mittler (2003) afirma que;

> A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais. (p. 16).

O autor fala da importância de aceitar as necessidades de cada um independentemente de qual seja, que o professor precisa aceitar as diferenças e o conhecimento que os alunos trazem para a sala de aula, pois, são relevantes a sua história de vida, que não existe aluno padrão e que os educadores precisam estar preparados para as diferenças. Para assim construir uma escola e uma sociedade inclusiva, onde todos podem ser ouvidos.

A educação dos alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tem grandes desafios referentes aos espaços na escola. Com isso se veem a reformular suas estruturas físicas para atender as necessidades desses alunos. E também no quadro de profissionais. E criar espaços para a convivência desses alunos e para sua integração.

De acordo com Beyer (2006, p.75-76);

> A escola que se pretende inclusiva, em cujo espaço não existam campos demarcados, do tipo, aqui os estão os alunos ‘’normais’’ e ali os ‘’especiais’’ ou os ‘’incluídos’’ como se escuta com frequência, põe em construção uma pedagogia que não é diluída, face as necessidades educacionais especiais de alguns alunos.

A Escola busca soluções para uma construção pedagógica que sempre pode está evoluindo, buscando caminho para atender as necessidades dos alunos com necessidades especiais com o objetivo nas suas práticas pedagógicas no contexto escolar. E a partir daí “[...] A escola deve assumir o papel de propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, em seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusiva” (BRASIL, 2001, p.28-29).

Outro aspecto importante é a formação de professores para atuarem na educação inclusiva, pois a qualificação vai lhe dá suporte teóricos para trabalhar e atender as necessidades dos alunos com necessidades especiais. O professor é o principal mediador dentro da sala de aula para que aconteça a inclusão, e diante disso é necessário que ele tenha uma boa formação.

Conforme Ramos (2005), “Cabe ao professor a tarefa de adequasse ao seu ‘público’, e não esperar que este se ajuste a determinações alheias a sua condição presente” (p.14). Desse ponto de vista deverá partir do próprio professor a iniciativa para se qualificar a essa nova realidade da sala de aula. E assim assumir um compromisso com as práticas pedagógicas para essa nova pedagogia. E aceitar e trabalhar com o novo, dá assistência aos que precisam educar para a educação igualitária á todos e com qualidade. Assumir um compromisso e fazê-lo acontecer no processo de inclusão;

A Declaração de Salamanca de 1994 decreta que "[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades"(s/p).[7] É receber esses alunos e no fazer da sala de aula criar condições para se integrar com os demais, que os motivem e os respeitem. Pois é no cotidiano da sala de aula que se constrói a base necessária para a formação e para viver em sociedade. Um ponto importante nessa educação são as políticas públicas. A Lei de Diretrizes e Base da educação "LDBN", Lei n°9.394/96 no artigo de nº 60 parágrafo único fala:

> O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDBN, N°9.394/96, s/p).

Partindo dessa perspectiva as políticas públicas devem ser criadas no âmbito a atender as necessidades de cada aluno. Uma importante ação está pautada na formação continuada de professores para a educação inclusiva.

> A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (BEYER, 2006.p.57).

Os professores devem está preparados para atender as necessidades de cada aluno, a formação inicial vai lhe prepara para a sala de aula, a formação continuada desses professores é importante, pois, vai lhe dá mais subsídios teóricos e práticos para lhe ajudar na preparação dos conteúdos, metodologias adequadas e recursos para trabalha na sala de aula e atender as necessidades dos alunos.

Todos têm direitos a uma educação de qualidade e que deve ser ofertada no ensino comum. A educação inclusiva faz parte desse ensino, os alunos com necessidades especiais inseridos nesse ensino tem direito a essa educação de qualidade. Ao receber esse aluno a escola deverá garantir seu acesso e permanência, não apenas cumprir a lei. São pessoas com um histórico de discriminação e rejeição. Uma das principais ações para que aconteça a inclusão é o respeito, o compromisso, a ética educacional e os sabres que esses sujeitos trazem.

[7] Fonte retirada do Documento da Declaração de Salamanca de 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf não contém paginação.

Ramos (2005), diz que, "Em uma perspectiva didática inclusiva, considerar os diferentes modos e tempos de aprendizagem como um processo natural dos indivíduos, sobretudo daqueles com evidentes limitações físicas ou mentais" (p.8).

Os professores devem respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno, pois cada um aprende de um jeito, num tempo e de diferentes formas. É incentiva-los a querer aprender e criar espaços para a construção de seus conhecimentos e fazer da observação atenta o seu mais importante instrumento de tomada de decisão. Muito se fala em inclusão escolar em debates, fóruns, palestras, e o que todos propõem é a transformação das práticas pedagógicas para um ensino de qualidade. Só assim a inclusão vai acontecer.

De acordo com Santos (2008) é preciso ser revisto dois pontos importantes o currículo e a avaliação, para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. É preciso um currículo voltado para os alunos com necessidades especiais, que valorize seu conhecimento e sua identidade. E de uma avaliação voltado para o todo e contribui no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, que foque também no próprio professor, a instituição e o material didático.[8]

A educação inclusiva é falada por vários teóricos e cada um tem um significado para ela, mais o que fica evidenciado é que todos buscam uma educação de qualidade para as pessoas com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mais participação do poder público, uma formação adequada para os professores, recursos para atender todas as necessidades, a partir daí a inclusão acontecerá nas escolas.

Somente por meio da educação a inclusão poderá acontecer, e a sociedade tem um papel importante no processo de inclusão, pois por meio de espaços físicos e de serviços oferecidos a estas pessoas poderá garantir sua plena interação com o meio social. Segundo Santos (2008), "Acreditamos que está na educação, sem dúvida, a principal ferramenta para a transformação social verdadeira que tanto almejamos" (p.11).

A educação transforma as pessoas em críticas, possuidoras de conhecimentos, e conscientes dos seus direitos, portanto a educação é capaz de transformar a realidade de vida em que os sujeitos se encontram inseridos. É na educação que esta apostada para que aconteça a inclusão, pois nela se têm a consciência de "igualdade'' onde todos tem os mesmo direitos, e assim desde de cedo as crianças já vão adquirir o respeito pelo próximo e que todos somos

[8] As frases que estão sublinhadas são do autor (SANTOS, 2008).

iguais, dessa forma ao longo dos anos e no seu processo a sociedade se transformará em inclusiva. E partindo dessa perspectiva que se encontra a linha dessa inclusão social.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada de professores é muito importante para dá continuidade na sua formação inicial e adquirir conhecimentos relevantes a sua formação, e para suas práticas pedagógicas. O professor precisa sempre está em contínua formação, estando por dentro dos novos conhecimentos e sabres, a cada dia surge novos conhecimento e novos desafios, e o professor deve acompanhar essa transformação dos conhecimentos para poder trazer pro seu cotidiano de sala de aula. Imbernón, (2011) "A formação é um elemento importante de desenvolvimento profissional, mas não é o único e talvez não seja o decisivo" (p, 46).

A formação inicial dos professores é o primeiro trilho da sua estrada para a sua formação profissional. Onde nela vão se adquirir conceitos e saberes da sua área, conhecimentos teóricos/ metodológicos para sua profissão e formação. A formação inicial deverá dá aos futuros docentes uma qualificação que lhes possibilitem atuar no cotidiano da sala de aula e para atender as necessidades que surgiram. Imbernón, (2011), "A formação inicial deve fornecer as bases para poder construir esses conhecimento pedagógico especializado" (p, 60).

Uma boa formação inicial vai dá suportes necessários para a profissão dos professores, conhecimentos práticos teóricos. Na formação inicial ver-se mais a parte teórica, e a prática não é muito utilizada, e é nesse ponto que as universidades deveriam focar mais, na prática é uma realidade que os futuros professores vão se deparar com a realidade de sala de aula, e assim desde de cedo criar o compromisso com sua profissão. Ser professor exige conhecimentos necessários para poder lhe dar com os problemas e diversas situações que surgem na sala de aulas, pois o ato de educar deve ser um compromisso que deve ser cumprido.

Imbernón (2011, p.62-63 *apud* ELBAZ, 1983) sobre a formação inicial,

> A formação inicial, como começo da socialização profissional e da assunção de princípios e regras práticas, deve evitar passar a imagem de um modelo profissional assistencial e voluntarista que frequentemente leva a um posterior papel de técnica-contunuísta, que reflete um tipo de educação que serve para adaptar acriticamente os indivíduos à ordem social e torna o professor vulnerável ao entorno econômico, político e social.

Segundo o autor a formação inicial não deve ser encarada como uma formação terminada, mais uma formação que deverá ser contínua. O educador deve ser reflexivo na sua prática e ser pesquisador procurando levar sempre o melhor pra sala de aula, está preparado

para saber resolver os problemas que vão aparecer, fazer da sua profissão sempre um ato reflexivo e de transformação.

Sobre a formação inicial Imbernón (2011) destaca a importância das práticas educativas nas instituições que devem focar mais nesse contexto, ou seja, desde cedo as práticas educativas devem fazer parte do currículo da formação dos futuros professores, é nesse foco que as instituições devem focar. Uma formação inicial deverá abranger todo um contexto, social, político, cultural e econômico, a realidade da educação exige urgentemente profissionais preparados para as salas de aulas. Ainda nesse contexto Imbernón (2011) "[...] introduzindo na formação inicial uma metodologia que seja presidida pela pesquisa-ação como importante processo de aprendizagem da reflexão educativa, e que vincule constantemente teoria e prática" (p. 67).

A formação continuada é um contexto que está sempre em discussão, pois todos ainda insistem no mesmo sentido. A formação continuada deve ser encarada com mais compromisso pelos professores e não apenas das políticas públicas. O professor deve ser o primeiro a está em contínua formação, sair do comodismo e buscar se qualificar.

Segundo Libâneo (2008);

> A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalhos e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (p.227).

Nesse sentido a formação continuada deverá dá continuidade na construção dos saberes fazeres e teóricos da sua profissão, preparar-se para as mudanças e para as diversidades. O professor enquanto sujeito da educação deverá está entrelaçado com as mudanças, com as exigências e os desafios e está capacitado para responder as essas demandas. Novais & Cicillini (2010) segundo eles,

> As diversas transformações ocorrido na educação nos últimos anos, revelam que a atuação profissional dos docentes está estreitamente ligada a sua formação inicial e continuada, refletindo na forma como ensinam, atuam, interagem e agem no seu meio profissional e social (p. 62).

Para os autores o exercício da profissão docente exige uma boa formação inicial e formação continuada, refletindo assim na sua prática pedagógica as formas de trabalhar com às diversidades dentro da sala de aula. A formação possibilita aos professores conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos para sua profissão, ensinar exige compromisso e qualidade, e partindo dessa perspectiva o docente deverá trazer para o cotidiano da sala de aula recursos e métodos adequados para sua prática pedagógica. Sobre a formação continuada Ferraço (2008) aborda que,

> A educação continuada poderia ser pensada como estando relacionada ao movimento de tessitura e ampliação das redes de saberes fazeres dos educadores e, por consequência, dos alunos, tendo como ponto de partida e de chegada o cotidiano vivido por esses sujeitos encarnados e complexos (p.21).

A educação continuada deve esta inserida no meio cotidiano envolvendo tantos os professores quanto os alunos, o autor destaca os sabres fazeres desses profissionais que é muito importante pra sua profissão e também para sua formação contínua. Os professores são sujeitos de conhecimentos e de experiências, portanto cabe aos mesmos levarem estes para os cursos de formação continuada, implicando assim, na troca de experiências, no diálogo e na criação de meios para solucionar os problemas que surgem dentro da sala. O professor nunca para de estudar, ele deverá estar sempre buscando sua qualificação enquanto profissional da educação.

Freitas (2007) aborda que,

> A formação continuada transforma-se em recursos estratégicos para que as ‘’inovações’’ sejam materializadas nas salas de aulas. Em outra lógica, a dinâmica da formação continuada consiste em um caminho para a repropriação da experiência adquirida, tendo em vista adequá-la com as novas situações vividas pelos docentes na realidade (p.44).

O espaço escolar é o lugar apropriado para que aconteça essa formação, pois os professores não precisam sair a procura de cursos e de programas. Na própria escola deve acontecer essa formação, no entanto depende da participação e motivação dos docentes e principalmente dos gestores e coordenadores para que aconteça essa troca de experiências e de saberes. E torna-se um espaço de construção de conhecimentos de ferramentas para suas práticas pedagógicas dentro da sala de aula, de diálogos e soluções para os problemas que surgem no cotidiano escolar. Ainda sobre a formação continuada acontecer no próprio ambiente escolar Vasconcellos (2006) destaca que,

> A escola não pode ser vista apenas como local de trabalho; deve ser ao mesmo tempo espaço de formação. É preciso investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor, para que possa ter melhor compreensão do processo educacional, postura e métodos de trabalho mais apropriados (p.123).

A formação é um contexto que deve está sempre em processo contínuo e em destaque, a escola é o melhor espaço para os docentes se reunirem e compartilharem das suas experiências, desafios e problemas, assim juntos irão buscar formas para melhorar a sua prática. O professor não é o detentor do conhecimento todo e por isso deverá está sempre procurando se qualificar e se aprimorar conforme os novos conhecimentos e saberes. Quando se fala em formação permanente do professor foca-se na melhoria dos seus saberes, das suas metodologias e competências, os saberes dos docentes são importantes para sua profissão.

Imbernón (2011) sobre a formação permanente docente aborda:

> A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias simplícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho (p.51).

O professor durante sua profissão deverá está sempre se auto-avaliando, para assim poder buscar melhorias para suas práticas pedagógicas e da sua qualificação. A formação permanente permitirá aos docentes estarem em contínua construção do conhecimento, dos seus saberes e fazeres e da sua própria satisfação enquanto professor.

Tardiff (2012) destaca que o trabalho dos professores precisa ter sua trajetória no âmbito escolar, que refletirá como base sólida, pois toda experiência servirá como sustentáculos de grande relevância na formação continuada do mesmo, deve ser levado em consideração os saberes do cotidiano capazes de somarem na edificação e aperfeiçoamento profissional e pessoal do professor, todo esses aparato é valorizado pelo autor, que por sua vez reconhece que o conhecimento deve ser valorizado e aproveitado.

Por tanto a formação continuada oferece aos professores a qualificação das suas práticas, o aperfeiçoamento das suas habilidades, a construções dos seus saberes e fazeres e de novos conhecimentos. O professor precisa está sempre em processo de formação para uma profissão positiva e construtiva de conhecimentos, está preparado para as novas demanda da educação e para um fazer pedagógico de qualidade. A profissionalização e qualificação deve partir do próprio professor em querer se preparar para uma profissão com mais conhecimentos e com qualidade.

4.1 Formação continuada e inclusão

A formação continuada para os professores da educação inclusiva é de suma importância e é um eixo que está em discussão no contexto da educação atual. A formação inicial não oferece subsídios em preparação para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação. É na formação continuada que os docentes encontrarão métodos e qualificação para trabalhar com esses alunos.

A inclusão desses alunos no ensino regular permiti que eles se integram e socializam com os outros alunos, isso é importante para sua formação e socialização com a sociedade, essa educação exige profissionais preparados para trabalhar e lidar com esses alunos. Os professores deverão esta qualificados para poder receber e atender as suas necessidades específicas.

Segundo Santos (2008);

> Construir e cultivar políticas de inclusão pressupõe planejar novas formas de atuação, com intencionalidade e ousadia,a fim de que os aspectos criativos do trabalho docente possibilitem novas formas de intervensão que garantam a participação de todos em diferentes campos de atuação e em diferentes espaços (p.62).

Os professores são autônomos na sua profissão, são livres para criar, recriar e formular estratégias para melhorar sua prática pedagógica. A educação inclusiva exige que os docentes sejam qualificados para trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais para incluir os mesmo dentro da sala de aula, e para que isso aconteça o professor precisa planejar tanto as suas metodologias, quanto compartilhar ideias e sugestões. A formação continuada dos professores da educação inclusiva requer a plena participação colaborativa havendo a motivação e compromisso dos docentes.

A educação inclusiva não é só matricular os alunos com necessidades especiais e nem os colocar dentro da sala de aula, é dar eles uma educação de qualidade, é respeitar suas necessidades e seu tempo de aprendizagem, é faze-los interagir com a turma e ajudar na construção das suas habilidades e do conhecimento. Quando se fala em formação continuada dos professores para trabalhar na educação inclusiva é focado na melhoria dessa educação e da qualificação profissional, das práticas pedagógicas, dos métodos e das metodologias.

Sobre a formação dos professores para a educação inclusiva Miranda & Filho (2012) abordam que:

> A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos (p. 141).

Os professores deverão ser capazes de poder identificar na sala de aula alunos que possuem necessidades especiais para trazer as metodologias adequadas para trabalhar na sua prática e assim atender as necessidades específicas de cada aluno, e criar condições para que possam acontecer a interação e participação dos mesmos. A formação continuada vai garantir aos professores a qualificação adequada para sua profissão.

A educação para todos tem sido uma das preocupações, objetivo proclamado no âmbito das políticas públicas e inclusiva que se expressa em leis, mas nem sempre se realizam. Desta forma, há uma expressiva flexibilização das organizações curriculares, das didáticas e um discurso de inclusão educacional em prol dos desfavorecidos, para tanto é preciso mudança das práticas no contexto escolar (FREIRE, 2003, 2005, 2009).

Nesse sentido, conforme Imbernón (2010);

> O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apóia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos. (p.75).

O papel da formação continuada na contemporaneidade é de pensar e praticar novas experimentações, visando as mudanças e o desenvolvimento profissional e isto requer uma reflexão dinâmica apresentando os conceitos chaves que permeia a formação na atualidade, visando abrir um canal de diálogo interdisciplinar, ou seja, é um ressignificado da ação profissional assim construindo novos saberes docente. Dentro desta lógica pauta-se em algumas teorias entre elas cita-se as mais relevantes para o desenvolvimento dos conceitos de (formação de professores e inclusão).

A formação de professores requer ações construtivas de superação de obstáculos possibilitando aos docentes um maior conhecimento de sua ação na realidade social e cultural, a ponto de desenvolver uma ressignificação de uma educação emancipatória. Ou seja, precisa-se pensar "[...] como referência as dimensões coletivas, contribuam para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores" (NÓVOA, 1995, p. 27). O que poderia revelar que pela via da formação continua os professores poderão por meio da didática e de metodologias ativas e significativas contribuir com o bom desenvolvimento do aluno, favorecendo desta forma o não fracasso do alunado pela via da cooperação.

> A prática é entendida como a atividade dirigida a fins conscientes, como ação transformadora de uma realidade; como atividade social historicamente condicionada, dirigida à transformação do mundo; como a razão que fundamenta nossos conhecimentos. A prática pedagógica, entendida como uma práxis envolve a dialética entre o conhecimento e a ação com o objetivo de conseguir um fim, buscando uma transformação cuja capacidade de mudar o mundo reside na possibilidade de transformar os outros (SACRISTÁN, 1999, p.28).

Contudo, é preciso que o professor tenha uma sólida formação acadêmica com conhecimento da realidade social e ideológica da escola, que conheça a realidade de seus alunos, para que assim, possam contribuir efetivamente no desenvolvimento social dos mesmos. Sabemos que existe no Brasil muitos professores que são formados em uma área, mas que atuam em outra sem a devida habilitação para tal atividade.

Contudo nos últimos vinte anos há todo um movimento do Sistema Educacional Brasileiro visando assim cursos de capacitação, ou seja, cursos de graduação e de pós

graduação (lato sensu) a distância, uma segunda habilitação (graduação) para assim esta hapto ao exercício de atividades docente. Ressalta Candau (1997);

> A formação continuada não pode ser concebida como um meio de acumulação (de cursos, palestras, seminários, etc., de conhecimentos e técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. E é nessa perspectiva que a renovação da formação continuada vem procurando caminhos novos de desenvolvimento (p. 64).

Nesse mesmo sentido, observa-se ainda a expansão das Universidades e Institutos, visando assim não somente o acesso dos jovens na sala de aula, mas também possibilitar mais condições para formação de professores. Isto acaba por revelar que há objetivamente intucionalidade de efetivar propostas de formação continua.

Sendo assim, é preciso que o professor, seja promotor efetivo de ações educativas. Isto só é possível quando o mesmo busca atualização das tendências pedagógicas e das correntes filosóficas, para assim melhor capacitado, possa conduzir suas ações de ensino não apenas como mero profissional da educação, mas como um professor preocupado com a mudança social da escola e a permanência do educando no banco escolar.

Todavia, sob este aspecto, entre outros, todo o processo educativo envolve o professor e o aluno em uma relação de poder, seja tanto de corrigir ou manipular (poder-saber) quanto de persuasão (poder-fazer). Mas devemos observar o entendimento de Paro (2001) Somente "[...] o poder- fazer é compatível com uma educação entendida como atualização histórico-cultural com vistas à constituição de sujeitos livres. É esta educação como prática democrática" (p.47).

Contudo, devemos ressaltar que é evidente, a concepção vigente de educação no cotidiano escolar é inclinada a prática pedagógica a qual desdenha á ideia de aluno desprovido de saber e não sujeito corresponsável no processo educativo. E essa concepção tradicional não leva em conta a subjetividade do aluno e sua participação dinâmica e operante no processo ensino aprendizagem. Em consequência, o professor ao sistematizar suas ações consoantes à educação tradicional é afetado, já que, o docente "aprende enquanto ensina".

A importância social do professor existe em condição potencial, visto que, procede da organização dos objetivos formativos tornando concreto e real a prática pedagógica inclusiva. "Sua experiência teórica é composta pelos esquemas cognitivos ligados aos seus conhecimentos práticos e outros encadeados a esses conhecimentos" (SACRISTÁN, 1999, p.55). E, nessa perspectiva, a análise do poder fazer do professor em nossa sociedade oportuniza importantes reflexões, uma vez que, o projeto de ensino precisa ser ousado e audacioso consubstanciando a não transmissão de conhecimentos, mas, reflexão de ações

ativas desencadeando ações na perspectiva da integralidade corroborando assim, a formação continua do professor e consequentemente do aluno.

A concepção atual de educação requer diálogo, formação, inclusão ou aceitação da subjetividade do aluno, conhecimento cientificado pela ciência o qual corrobora para o exercício das competências e habilidades do docente bem como conhecimento sob o desenvolvimento biopsíquico e social do educando. Segundo Pérez (1998) a reflexão,

> "[...] é uma forma de praticar a crítica com o objetivo de provocar a emancipação das pessoas, quando descobrem que tanto o conhecimento quanto a prática educativa são construções sociais da realidade, que respondem a interesses políticos e econômicos contingentes a um espaço e á um tempo e que, portanto, podem mudar historicamente". (PÉREZ, 1998, p. 372).

Portanto, o professor precisa por meio da formação continuada trazer para a sala de aula situações reais da econômia, da cultura, da política, das ações da modernidade (relação Estado-Capitalismo). Pérez coloca que,

> "[...] o profissional docente deverá refletir sobre as normas, crenças e apreciações tácitas subjacentes que minam os processos de valorização e julgamento, sobre as estratégias e teorias implícitas que determinam uma forma concreta de comportamento, sobre os sentimentos provocados por uma situação e que condicionaram a opção de um determinado curso de ação, sobre a maneira com que se define e estabelece o problema e sobre o papel que ele mesmo desempenha como profissional dentro do contexto institucional, escolar, em que atua". (PÉREZ, 1998, p. 371).

Para tanto, é preciso uma boa comunição de forma clara, dinâmica, acessível envolvente, fazendo com que os alunos se sintam integrados e incentivados a participarem dos temas geradores, ou seja, quebrando com a fragmentação do ensino. Além disso o professor deve adotar uma amorizidade para com seus alunos tratando-os de forma carinhosa, tolerante, ética.

A nosso ver, entendemos que a formação continuada é um dos pré- requisitos básicos para o desenvolvimento profissional do docente quanto para as mudanças sociais, pois hipoteticamente quanto mais o professor estiver informado sobre as mudanças da sociedade, ser conhecedor das teorias e contato com novas concepções pode proporcionar reflexões críticas ativas.

A oportunidade para a mudança da ação pedagógica do professor deve ser fomentado entre seus pares, pela escola, gestores, comunidade escolar e externa. Assim possibilitando a vivencia de novas experiências, consequentemente de novas pesquisas, e ainda novas formas de pensar a ação educativa da escola. Ou seja, tal processo só é possível quando o professor tem consciência de correlacionar teoria e prática.

Para tanto, ele deve ser competente no uso de seus recursos didáticos e metodológicos, conhecedor de teorias e da realidade social, pois, devemos ressaltar que toda ação pedagógica não esta resumida apenas na sala de aula ou à escola é algo mais amplo que requer pensar todo um contexto social.[9]

[9] As ações de formação, bem como, as construções de práticas pedagógicas parecem apontar para a ausência de uma discussão epistemológica sobre temas vinculados à educação especial tais como, o próprio conceito de educação especial, o diagnóstico, a deficiência, a formação de professores, as práticas pedagógicas com estes alunos, com base nos quais, se sustentam as práticas sociais.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS

O presente capítulo tem como finalidade de apresentarmos o método investigativo no âmbito da pesquisa de campo, ou seja, na escola lócus. Para tanto, devemos esclarecer que essa pesquisa se estruturou primeira pela parte bibliográfica pautados nos teóricos que fundamental todo o arcabouço. Portanto, nossa pesquisa se denomina como quali-quantitativa, pois, envolve sujeitos. Nesse sentido é necessária a delineação do nosso foco de pesquisa por meio do problema que é: "*O que dizem os educadores de uma escola pública de Chapadinha –MA no que tange a contribuição da formação docente para o desenvolvimento da educação inclusiva"*?

Nesse sentido, a proposta é analisar, as falas de gestores e professores. Visando assim analisar e compreender as possíveis divergências nas falas dos pesquisados. Devemos assim mencionar que os dois conceitos que foram focos de nossa pesquisa teórica são Educação inclusiva e formação docente.

5.1. Caracterização da escola campo

A escola[10] pesquisada está situada na Travessa 15 de novembro s/n no centro da cidade de Chapadinha- Maranhão. Funciona nos três turnos: matutino do 1° ao 6° ano, vespertino de 6° ao 9° ano e no noturno a educação de Jovens e Adultos –EJA de 1ª a 8ª séries.

A escola foi fundada em 10 de maio de 1975 sob administração do senhor Prefeito Bernardo Serra de Almeida. A origem do nome da escola foi em homenagem ao pai do excelentíssimo governador do estado na época, Dr. Pedro Neiva de Santana.

Quanto á estrutura física, dispõe de 08 (oito) salas de aulas funcionando nos turnos matutino e 09 salas no turno vespertino, e no turno noturno só funcionam 05 (cinco) salas. Dispõem ainda , 01(uma) diretoria , 01 (uma) sala para professores, 04 (quatro) banheiros , 01(uma) cantina, 01 (um) depósito , 01(uma) área frontal coberta, 01(uma) área livre para eventos, 01(um) laboratório de informática e 01(uma) biblioteca.

A escola dispõe de 52 (cinqüenta e dois) funcionários: sendo 01(uma) gestora, 03 (três) assistentes de direção, 03 (três) agentes administrativos, 02 (dois) especialistas e 01

[10] Nome não mencionado para resguardar a identidade da escola pesquisada.

(uma) supervisora, 03 (três) professores na secretaria, 09 (nove) auxiliares de serviços gerais e 04 (quatro) vigias.

O quadro de professores da escola é composto por 34 (trinta e quatro) professores com os seguintes níveis de escolaridade: 28 (vinte e oito) com nível superior, sendo 09 (nove) Pedagogos, 10 (dez) licenciadas em Letras, 04 (quatro) licenciada em História, 04 (quatro) licenciado em Matemática, 01 (uma) licenciada em Ciências, 04 quatro com magistério + Estudos Adicionais, 01 (um) cursando pedagogia. E 02(dois) especialistas graduados, e com especialização em supervisão.

A escola possui um corpo docente comprometido com o fazer pedagógico de qualidade, a fim de atender ás necessidades de aprendizagem dos educandos. É uma equipe de educadores competentes que se envolvem com prazer e entusiasmo durante as atividades pedagógicas e eventos promovidos pela instituição.

Um corpo docente transformador da certeza em esperanças para uma boa educação municipal

O perfil dos alunos caracteriza-se da seguinte forma: são alunos com faixa etária de 06 a 20 anos, filhos de famílias com profissões diversificadas, entre elas, lavradores, funcionários públicos, feirantes, comerciantes e outras.

Com relação aos alunos da "EJA", são alunos com faixa etária de 15 a 60 anos. São jovens e adultos que trabalham em serviços diversos, que moram nos bairros vizinhos e no centro da cidade.

A escola pesquisada atende dez alunos com necessidades educacionais especiais. Abaixo está o quadro com o total de alunos e suas deficiências.

Quantidades	Tipos de deficiências
02	TDAH
02	Deficiência intelectual com característica autistas(Cidio:F84.1)
01	Deficiente físico (cadeirante)
01	Deficiente auditiva
01	Deficiência intelectual +TDAH
03	Autismo

As metodologias a serem utilizadas, com esses alunos, devem contemplar ações de inclusão, onde eles participem de praticas sociais. Neste contexto, Mazzotta (2011, p.205)

> "[...] Os alunos portadores de deficiência podem ser adequadamente educados em situações comuns de ensino ou, ainda,requerer educação especial. De um modo ou de outro ,a concretização de uma educação de melhor qualidade para tais alunos depende ,em grande parte ,de seu devido equacionamento nas políticas educacionais".

Os processos de aprendizagem dos alunos são iguais aos demais ,sobretudo, utilizando metodologias que contemple a aprendizagem dos mesmos.

Além disso, os alunos tem livre acesso para percorrerem o pátio da escola. Onde a mesma possui uma área ampla que possibilita aos cadeirantes se locomoverem. A proposta pedagógica da escola, em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP), tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de qualidade ao aluno. Visando, sobretudo, a formação geral e não só com a transmissão de conteúdo, mas a construção de conhecimentos voltados para a formação de habilidade ,hábitos e convicções ,assumidos por cada um onde direcionam sua vida individual e social.

5.1.2 Natureza e tipo de estudo - natureza qualitativa e estudo de caso.

Como já explicado acima. A natureza desse estudo é quali-qualitativo, pois, a primeira finalidade é de buscamos descrever a conjuntura das respostas por meio da tabulação, logo depois interpretar e compreender os próprios dizeres dos: professores, gestora e supervisora da escola pesquisada

Sobre aquilo que consideramos como os elementos e aspectos que apontam como a formação docente para o desenvolvimento da educação inclusiva.

Para melhor coleta dos dados da pesquisa de campo optamos por entrevista e anotações sobre o entendimento dos professores, gestora e supervisora. Essa parte da pesquisa evidencia se como qualitativa. Portanto, contatamos a direção da escola pesquisada e explicamos o objetivo da nossa pesquisa. Em seguida convidamos a gestora (1) e supervisora (1), os professores (5) Portanto, perfazendo um total de 7 (sete) participantes. Evidencia que a análise dos dados é considerado como análise de conteúdo.

Conforme Minayo (2010), a pesquisa deve seguir a rigorosidade metodológica sendo que o pesquisador deve analisar os dados por meio da ética, racionalidade lógica e amparado à luz dos teóricos. E, encontramos em Triviños (2009) os esclarecimentos para o desenvolvimento do roteiro das anotações de campos.

Os procedimentos da coleta de informações ocorrem por meio de atividades de observação e anotações de campo e análise de documentos “questionário”. Esclarecemos que em apêndice a pesquisa encontra se os questionários aplicados. Por meio dos quais buscamos conhecer e entender de forma geral as opiniões de cada sujeito pesquisado. Observa-se que foram realizadas três (8) perguntas a gestora e supervisora (2), os professores (5).

5.1.3 Quem são as populações da amostra[11]

Quadro – 6[12]Perfil dos Professores entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Estado Civil l	Formação	Carga Horaria	Tempo de trabalho
Profa – B1	Fem.	36	Casada	Superior	30	17 anos
Profa – B2	Fem.	45	Divorciada	Superior	30	25 anos
Profa – B3	Fem.	45	Casada	Superior	60	23 anos
Profa – B4	Fem.	48	Casada	Superior	40	26 anos
Profa – B5	Fem.	35	Casada	Superior	40	18 anos

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Conforme quadro demonstrativo a Profa – B3 tem uma carga horária semanal de 60 horas. Isto pode estar revelando que à mesma pouco tempo teria para buscar formação continua ou até mesmo preparação de conteúdo – material para suas aulas. Todas são portadoras do Ensino Superior, e do sexo feminino como uma média de faixa etária de 36 a 48 anos. Todos tem uma carga horária importante na escola.

É ratificada na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB/1996), em seu artigo 62, que ressalta:

> A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (CARNEIRO, 2012, p. 648).

Consideramos relevante a tabulação dos dados acima para melhor visibilidade do perfil dos professores. Desta forma, possibilitando ao leitor uma melhor metodologia estrutural da pesquisa. Devemos mencionar no que tange a conjuntura funcional de professores na rede pública no Brasil em sua maioria é constituído pelo sexo feminino.

É interessante esse dado pelo fato que pode estar explicitando a vocação da mulher em educar, em ensinar. Ao observarmos o tempo de trabalho em sala de aula conforme informações disponibilizadas pelas pesquisadas todas estão em sala de aula há mais de dezessete anos. Contudo a Profa B -1 atua na mesma escola há dezessete anos. Tal fenômeno pode possivelmente influenciar no desempenho docente, ou ainda, no não interesse em buscar uma formação continua, novos conhecimentos, metodologias, práticas educativas.

[11] Esclarecemos que o público alvo foram 9 professoras. Contudo, uma professora não respondeu o questionário, já a outra foi por demais relapsa em suas respostas o que não nos possibilitou incluí-las.

[12] Os quadros 7, 8 foram formulados a partir das informações obtidas junto os professores, gestora e supervisora.

5.1.4 Perfil da diretora e da supervisora da escola.

Quadro – 7Perfil da diretora e supervisora geral da escola

Nome	Sexo	Idade	Est. Civil	Formação	Carga Horária
Supervisora	Fem.	38	Casada	Superior	40
Diretora	Fem.	42	Casada	Superior	40

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Ao questioná-las sobre o tempo de atuação como supervisora esclarece que trabalha há cinco anos como gestora e esse é o primeiro ano que trabalha como supervisora sendo que desde 2016 trabalha nesta escola. Já a Diretora diz que trabalha há três meses como gestora e que ainda esta conhecendo algumas funções. Portanto, foi perguntado aos professores; Você faz algum curso de formação? Existe alguma dificuldade em relação à falta de capacidade para trabalhar com alunos com necessidades especiais.

Quadro – 8 Você faz algum curso de formação?

Nome	Sim	Não	
Profa – B1	X		
Profa – B2	X		
Profa – B3	X		
Profa – B4		X	Eu, não fiz cursos de formação e portanto tenho encontrado dificuldades sim.
Profa – B5	X		

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

É muito importante que os professores busquem a formação continuada para se qualificar e procura melhoria nas suas práticas. Segundo Imbernón (2011, p. 19),

> A formação assume um papel que vai além do ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e com a incerteza.

Devemos ressaltar que 80% responderam ter realizado cursos de formação. Contudo a professora Profa – B4 tem 26 anos de atuação e não tem buscado capacitação continuada. A segunda pergunta é referente à formação continuada ofertada para os professores por meio das escolas públicas da rede municipal de Chapadinha – MA.

Quadro – 9 A sua escola oferece formação continuada para os professores?

Nome	Sim	Não
Profa – B1	X	–
Profa – B2	X	–
Profa – B3	X	–
Profa – B4	X	–
Profa – B5	X	–

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Conforme IMBERNÓN (2011) "[...] a formação centrada na escola envolve todas as estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo a que respondam as necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas."(p.85)

Partindo dessa concepção as escolas devem oferecer a formação continuada dentro do próprio ambiente escolar buscando melhorar suas práticas pedagógicas em prol da melhoria do ensino aprendizagem. As questões de número 10 e 11 elas se complementam. Mas, ao analisarmos as respostas dos professores fica evidente a contradição na fala da Profa – B4. Na sequência foi perguntado aos professores Você enquanto professor sente-se capacitado a identificar alunos com necessidades educacionais especiais? E se sente preparado para trabalhar com eles?

Quadro – 10 Sente-se capacitado a identificar alunos com necessidades educacionais especiais?

Nome	Sim	Não	
Profa – B1	X	-	Sempre estou em busca de atualizações
Profa – B2	X	-	Na escola atual devemos sempre conhecer as necessidades dos nossos alunos
Profa – B3	X	-	Sinto me preparado, pois, busco formação continuada
Profa – B4	-	X	Não me sinto capacitada e muito menos preparada
Profa – B5	X	-	Busco conhecimento e diálogo com os colegas para melhor estar preparada

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

A LDB/96 assegura no artigo 59 paragráfo III- "[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desse educando nas salas comuns" (s/p). Os professores devem esta capacitados a identificar alunos com necessidades especiais, porém a professora B4 não se sente capacitada e nem preparada para fazer essa identicação. A pergunta seguinte versa sobre o entendimento do professor no que se refere ao trabalho do mesmo com necessidades educacionais especiais.

Quadro – 11 O que significa para você ser professor de alunos com necessidades educacionais especiais?

Nome	
Profa – B1	Significa responsabilidade social e com os familiares desse aluno
Profa – B2	É saber lidar com as dificuldade e limitações
Profa – B3	É saber que não sou conhecedora e necessito de cada vez mais de formação
Profa – B4	E ter uma oportunidade de trabalhar com as diferencias
Profa – B5	Trata-se de um enorme desafio e difícil de enfrentar

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Sobre ato de educar na educação inclusiva Mittlher (2003), destaca,

> A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida a a escola como um todo. Os professores por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos gorvenantes e pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais. (p.20).

Atrelada à pergunta anterior a seguinte visou compreender a importância que os mesmos dão ao trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, pergunto aos professores; Para você enquanto professor qual a importância da educação especial no processo inclusivo?

Quadro – 12 Qual a importância da educação especial no processo inclusivo?

Nome	
Profa – B1	É importante, pois, quando juntos com os não especiais todos se sentem bem.
Profa – B2	É um processo de socialização que requer empenho
Profa – B3	É dar acesso a educação a todas as pessoas.
Profa – B4	Possibilita a inclusão que pode ser por meio de atividades lúdica
Profa – B5	É preciso estratégias para a inclusão mas, trata-se de um trabalho muito importante

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

De acordo com Menezes e Mello (2010, p. 10) "Com outras roupagens, a educação inclusiva traz a educação especial para dentro da escola regular, e a responsabiliza pela realização das ações de implementação, desenvolvimento e acompanhamento das ações relativas à educação inclusiva" ao incluir alunos com necessidades especiais dentro do ensino regular permitirá o processo de inclusão dos alunos e de socialização, de interação e estratégias de ensino para atender as necessidades desses alunos. Nesse sentido nos pareceu de extrema importância perguntar aos pesquisados: Você se considera um professor inclusivo? Porque?

Quadro – 13 Você se considera um professor inclusivo?

Nome	Sim	Não	
Profa – B1	X	-	Procuro alcançar todos embora não consiga
Profa – B2	-	X	Pois, não me sinto preparada com alunos especiais
Profa – B3	X	-	Pois, tenho boa capacitação para saber lidar com alunos especiais
Profa – B4	X	-	Mesmo sem formação específica me esforço para isso
Profa – B5	X	-	Sim, porque procuro me adaptar a realizada dos alunos

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

O que estamos observando que há contradições nas respostas dos professores, pois no primeiro momento dizem estarem capacitados, e ao decorrer das perguntas passam a dizer que não tem formação suficiente. Isso pode estar revelando que os próprios professores

não são conhecedores de suas ações específicas enquanto educadores. A sétima pergunta é específica a formação continuada, pois, nosso objetivo é entender qual a importância da formação no processo de professores que tem em suas salas de aula alunos de inclusão. Portanto, perguntou-lhes Você enquanto profissional da educação inclusiva acha importante à formação continuada?

Quadro – 14 Você enquanto profissional da educação inclusiva acha importante a formação continuada?

Nome	Sim	Não	
Profa – B1	X	-	Porque o professor adquiri conhecimento, de como trabalhar no dia-a-dia
Profa – B2	X	-	Para cuidar de alguém com mais necessidades devemos ter bons conhecimentos
Profa – B3	X	-	É importante quanto para o professor quanto para o aluno
Profa – B4	X	-	De grande importância
Profa – B5	X	-	Sem a formação continuada não tem preparação dos profissionais

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Ao se questionar sobre a importância da formação continuada para a qualificação frente a educação inclusiva os professores acharam de suma importância, uma vez que se adquiri novos conhecimentos e metodologias.

Sobre a formação continuada IMBERNÓN (2010, p.75) aborda:

> O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apóia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos.

Na sequência objetivamos a perguntar aos professores: Em sua opinião os professores na maioria das vezes não sabem como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

Quadro – 15 Os professores sabem ou não como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

Nome	Sim	Não	
Profa – B1	X	-	A princípio sim, mas sempre é bom adquirir mais conhecimento
Profa – B2	-	-	É preciso conhecimento, amor, compromisso e acredito eu todos nós temos
Profa – B3	X	-	Penso que todos nós sabemos, mas tudo vai depender do gral de necessidade
Profa – B4	X	X	Não sabem, pois, falta formação, conhecimento técnico – especializado
Profa – B5	X	-	Penso que sabemos sim trabalhar com portadores de algum tipo de necessidade

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Evidenciou-se nas declarações dos professores acima que apenas o professor B4 menciona não ter formação para trabalhar com os alunos que possuem necessidades especiais, e por isso tem dificuldades de suprir com as necessidades apresentadas em sala de aula por seus alunos.

Perguntamos ainda aos professores: O que você acha sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula do Ensino Regular?

Quadro – 16 É importante a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula do "ER"?

Nome	Sim	Não	
Profa – B1	X	-	É uma maneira de inclusão, mas, que acaba excluindo
Profa – B2	X	-	Esta acontecendo de forma errada, pois falta formação e condições
Profa – B3	X	-	Enquanto professora não me sinto preparada, mas, é de suma importância
Profa – B4	X	-	A escola deve repensar suas práticas, desempenho, método em suas atividades
Profa – B5	X	-	É correto pois, é necessário a convivência com seus pares devemos amá-los

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Sobre a inclusão Mantoan (2006) afirma "[...] prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular" (p. 20). Os alunos com necessidades especais têm o direito de frequentar a rede regular de ensino, todos devem aprender no mesmo ambiente. As professoras relatam que é a forma de acontecer o processo inclusivo, porém de acordo com elas nas escolas precisam pensar numa forma de fazer acontecer a esses alunos, pois a inclusão não está acontecendo nas escolas como deveria acontecer. Nesta segunda parte da pesquisa o objetivo é compreender os entendimentos das gestoras pesquisadas. Portanto, perguntou lhes,

Quadro – 17 O que significa uma escola inclusiva?

Nome	-
Supervisora	Promover uma política de inclusão eliminando as desvantagens e garantindo a igualdade
Diretora	Significa atender as especificidades de cada aluno garantindo lhe o direito a educação

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Sant'ana, F (2005) segundo ele uma escola inclusiva é "[...] aquela aberta à diversidade, onde os alunos são respeitados nas suas diferenças e aprendem juntos, em classes regulares, possibilitando a interação e o desenvolvimento mútuos". (p. 96). Partindo dessa perspectiva as respostas da supervisora e da diretora enfatizam o que diz o autor, que escola dever ser um local de inclusão e promoção das igualdades, e também de suprir as necessidades de cada aluno.

Quadro – 18 O que fazer para que ocorra a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola?

Nome	-
Supervisora	Oferta de estudos igual para todos. Cadeiras, materiais e atendimento diferenciado
Diretora	Fizemos adaptações rampas de acesso, temos cadeiras, banheiro e atendimento qualificado

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

De acorda com pesquisa realizada e com as respostas da supervisora e da diretora a escola oferece estrutura física para receber esses alunos, tanto é que a estrutura da escola é nova, todos os alunos frequentam as sala de aula comum.

Quadro – 19 O que o gestor faz junto a comunidade escolar para melhor as práticas de sala de aula?

Nome	-
Supervisora	Reuniões mensais, apesar de não termos profissionais especializados para conduzi-las
Diretora	Ressaltamos a importância de um trabalho mais lúdico e orientações aos nossos professores

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Para Souza (2006),

> A Gestão democrática é aqui compreendida, então como um processo politico no qual as pessoas que atuam na/ sobre a escola identificam, deliberam e planeja,, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (p. 125).

A partir de uma gestão democrática poderam acontecer a integração da comunidade junto aos assuntos referentes à escola, partindo para a melhoria da educação conforme a realidade em que a escola está inserida e resolvendo juntos e procurando soluções para os problemas que surgem.

Quadro – 20 É necessário uma interação entre família, escola e aluno para a inclusão?

Nome	-
Supervisora	É necessária uma interação entre comunidade e escola
Diretora	A família é onde a criança tem seus primeiros contatos e noções de educação e a escola torna se parte fundamental desta formação

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Observa-se que são impostas mudanças no sentido de favorecer o atendimento desses alunos nas classes regulares, respeitando as diferenças de cada um e suas necessidades educacionais. Portanto, acreditar numa escola inclusiva, é exercer a cidadania. Resignificar os conceitos e práticas desse paradigma emergente inclusivo, traz inúmeras possibilidades de repensar a formação inicial/continuada dos educadores, bem como os desafios vivenciados por estes no cotidiano escolar.

Quadro – 21 A escola oferece formação continuada para os professores sobre inclusão?

Nome	-
Supervisora	Não oferece, pois é responsabilidade de SEMED
Diretora	Não oferece, mas em reuniões sempre discutimos as dificuldades.

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Obviamente são contraditórias as informações disponibilizadas nas respostas acima no que tange a formação de professores especificamente para atuarem com crianças em

necessidades especiais. Pois, o que se verifica é um processo de implantação da política educacional inclusiva nas escolas, como jamais visto na história da educação.

Há vários programas de formação continuada e em serviço aos professores da educação básica com vistas a melhor prepará-los para o ensino dos alunos com deficiência. Portanto, as respostas revelam sim, um descaso do Município de Chapadinha – MA para com seus educandos, ou ainda, para com a efetivação das políticas públicas para educação visando o acesso e a permanência desses alunos no banco escolar. Outra possível reflexão é que os professores e gestores são sabedores dessas deficiências, contudo não são em sua maioria portadores das denúncias contra essas mazelas da gestão pública. Salientamos pelo fato que as respostas seguiram na direção de perceberem somente em sua maioria as desvantagens, e elas foram as mais diversas, mas todas girando em torno da impotencialidade que os professores possuem frente ao desafio de trabalhar com a educação inclusiva.

Quadro – 22 Qual sua opinião sobre a inclusão de alunos especiais em sala de aula Ensino Regular?

Nome	
Supervisora	Bastante produtivo e significativo.
Diretora – E	É algo que requer planejamento e estratégia pois, envolve sujeitos – crianças e seus direitos

Fonte: Quadro elaborado pelas pesquisadoras em 2017.1

Devemos registrar aqui, que segundo o entendimento de Vygotsky (2003), o qual vê a pesquisa "como uma relação entre sujeitos, relação essa que se torna promotora de desenvolvimento mediado por outro" (p. 25). Sendo uma relação entre sujeitos, portanto, podemos inferir que os sujeitos desta pesquisa devam ser vistos como parceiros da pesquisadora. Consequentemente, modifica-se a concepção de pesquisa sobre sujeitos para a de uma pesquisa com os sujeitos. Porém, a parceria potencialmente que deveria existir não ocorreu neste caso específico.

Pois, os professores, supervisora e diretora dificultaram por demais em disponibilizar as respostas e quando assim feitas foram relapsos em suas respostas. Ou seja, havia evidentemente a necessidade de não se comprometerem com as respostas. Portanto, a pergunta norteadora é como fundamentar segundo os teóricos acima estudados se as respostas são complexas e sem fundamento-sentido?[13] E tal afirmação feita aqui evidencia quanto os professores em suas respostas não demonstram preocupação em apontar possíveis caminhos a

[13] Devemos lembrar que o acesso e permanência na escola é um direito garantido em diversos documentos, porém, muitas pessoas não tem acesso a este conhecimento, se colocando ou sendo colocado à margem da escola e da sociedade. Este é o caso de muitas crianças com deficiência, que por desconhecimento da cidadania plena ou até mesmo imposição dos pais ficam escondidos em casa, por terem sua deficiência vista como doença incurável e/ou transmissível. E uma das funções do educador é denunciar, orientar.

ser seguidos, ou atitudes de práticas educativas visando assim minimizar a falta de políticas de formação continuada ou de ações voltadas à inclusão de alunos com algum tipo de necessidade especial. Isto pode estar revelando talvez o despreparo, o pouco conhecimento entendimento sobre o objetivo da pesquisa, ou o não compromisso como ato educacional, ou seja, com a sua prática docente.

6. CONCLUSÃO

É preciso reconhecer que o Brasil tem uma base de sustentação legal que deveria contribuir para que as mudanças educacionais acontecessem num processo crescente de introdução de novos conhecimentos e novas práticas. Mas algumas questões dificultam a realização do sonho da inclusão:

Ressaltamos que a educação inclusiva deixaria de ser educação excludente, uma vez que não vale apena colocar o deficiente no ensino regular, mas adequar a escola para atendê-lo, de forma a fazer da escola um lugar de construção de acessibilidade, tanto das diferenças, quando da construção do conhecimento. Sabe-se que não há uma receita mágica que fará com que, de uma hora para outra, os alunos com deficiência sejam alfabetizados no mesmo ritmo que seus colegas sem deficiência. No entanto, formar parcerias em prol da alfabetização desses alunos já é um ponto de partida muito importante, o qual irá subsidiar todo o trabalho pedagógico do professor em sala de aula. Destacamos ainda, os tempos e espaços pedagógicos, estrutura física e organização pedagógica e acima de tudo a ampliação urgente da oferta de cursos e disciplinas nos cursos de formação inicial e continuada, pois articulação é uma ação que só se efetivará mediante conhecimentos específicos acerca do tema.

Pois, o planejamento e a organização das estratégias para aprendizagem podem variar de acordo com o estilo do professor. Contudo, é preciso que o planejamento tenha flexibilidade na abordagem do conteúdo, na promoção de múltiplas formas de participação nas atividades educacionais e na recepção dos diversos modos de expressão dos alunos.

O educador deverá considerar no planejamento tempo e estratégias para conhecer seus alunos - em especial aqueles que poderão requerer apoios específicos. Para fornecer boa compreensão sobre os alunos e suas condições de aprendizagem, a observação precisa utilizar diferentes estratégias e ser feita em diversos momentos da aula. Os critérios de observação devem ser selecionados com base no currículo e nas habilidades que o professor considerou no planejamento. Percebemos avanços, provenientes da legislação existente e aos documentos oriundos de órgãos educacionais. Várias iniciativas foram empreendidas pelo “MEC” e por diversos órgãos em nível federal, estadual e municipal, e também internacional, no que diz respeito à formação docente para favorecer a inclusão de todos os alunos na escola regular.

Entretanto, entende-se que o processo formativo não se esgota no momento inicial, sendo a formação continuada percebida como um dos fatores imprescindíveis para que os

profissionais de educação possam atuar com todos os alunos em classe regular e no ambiente escolar. A inclusão deve ser pensada de maneira a extrapolar a dimensão da sala de aula, envolvendo também toda a comunidade escolar, os órgãos públicos, as universidades e a sociedade como um todo. Somos sabedores que o caminho para uma Educação de Qualidade Para Todos os Alunos, tem ainda um grande percurso a ser empreendido em todos os âmbitos. Cremos que neste momento, com a oportunidade de estudo e trocas que foram realizadas, também no estudo em rede, estivemos junto a outros colegas, dando passos para a aquisição de segurança e propriedade nas ações pedagógicas utilizadas em salas de aulas inclusivas. Trata-se de um processo, o que significa entender, que terá um caminho a ser percorrido para que o mesmo esteja em efetivação com segurança.

É necessário destacar que a inclusão está fortemente vinculada ao investimento para elaboração e operacionalização de políticas de inclusão. A concretização desse investimento pode se dar na formação dos profissionais que atuam diretamente com os alunos público-alvo da Educação Especial na classe comum. É relevante que a formação de professores seja pautada na reflexão-ação e no papel da escola para que atendam os anseios desse grupo professores e que se faça a análise das vivências cotidianas dentro do lócus escolar. Percebesse também que é imprescindível conhecer práticas pedagógicas de outros profissionais. Nesse sentido, a pesquisa foi de grande valia para conhecer a forma que vai se constituindo o professor da sala de aula comum, seus anseios e desafios.

Os desafios na atualidade postos para serem discutidos e debatidos são inúmeros, porém o trabalho discute alguns desses aspectos de forma incremental. Muito ainda tem que ser feito em Chapadinha – Estado do Maranhão, mas isso não será possível, enquanto as políticas públicas educacionais não se concretizaram no dia a dia da prática do professor, na formação continuada, numa remuneração decente e principalmente no investimento na qualidade da educação dessa geração que influenciará a outra e transmitirá esse ideário inclusivo, até que, quem saiba um dia, os preconceitos não existam mais. A escola para todos uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos, sendo a formação o ponto de partida do processo à medida que essa é fundamental para orientar a prática educativa.

Portanto, concluímos ser necessária uma formação continuada mensalmente disponibilizada pela Secretaria de Educação. Além, de palestras de reflexões sobre a ação pedagógica ou o ato de educar no que se refere o espaço escolar. É interessante pensarmos em oficinas por meio das quais os professores possam descobrir novas metodologias e práticas

pedagógicas de estimulo a inclusão dos educandos mais necessitados. Educação para todos requer compromisso de todos e inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso**. Inclusão**: o nascer de uma nova pedagogia- Celso Antunes. – São Paulo: Ciranda Cultural. 2008.

ARCE, A. **Compre o kit neoliberal para a educação Infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 22, n. 74, p. 251-283, 2001.

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOATO, Elivio Marcos, Henri Wallon e a deficiência múltipla: **uma proposta de intervenção pedagógica**. São Paulo: Layola, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Lívia Céspedes e Juliana Nicoletti. 46. ed. Atual. Eamp. São Paulo: Saraiva, 2012b.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988** obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Lívia Céspedes e Juliana Nicoletti. 46. ed. Atual. Eamp. São Paulo: Saraiva, 2012b.

_____. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.

_____. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, MEC-SEESP, 2001.

_____.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em: 22 mar.2017.

_____.Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato20072010/2009/decreto/d6949.htm> Acessado em: 24 mar.2017.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Dispositivos Constitucionais Pertinentes Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Legislação Correlata. Brasília – DF, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. 5 ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012a.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - DCN.** Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC / SEESP, 2001.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)** 2014-2024 [recurso eletrônico: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/14. (2014-2024).** Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>Acesso em: 26 abr 2017.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola**: lembranças e depoimentos / Katia Regina Moreno Caiado. – 2. ed. – Campenas, SP: Autores Associados: PUC, 2006.

CANDAU, V.M. (Ogr.). **Magistério: construção e cotidiano.** Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil:** leitura crítico-compreensiva, artigo / Moaci Alves Carneiro. 20. ed. Atualizada e ampliada. – Petrópoles, RJ: vozes, 2012.

CARVALHO, Rosita Elder. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. 9 ed., Porto Alegre: Mediação, 2010.

CARMO, Apolônio A. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

CICILLINI, Graça Aparecida. **Pofessores universitários e sua formação**: concepçoes de docência e prática pedagógica. **In.** NOVAIS, Gercina Santana. Cicillini, Graça Aparecida.

(Org.). **Formação docente e práticas pedagógicas**: olhares que se entrecruzam. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, Belo Horizonte, MG, 2010.

CONVENÇÃO DE GUATEMALA 2001. Disponível em : <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/guatemala.pdf> Acesso em 02 de abr. 2017.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Disponível em:<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoaEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html > Acesso em 02 de abr. 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 02 Jul. 2017.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores e currículo**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. SP, Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz eTerra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do Oprimido. RJ: Paz e Terra. 16ª ed. 2009.

FREITAS, Alexandre Simões. **A questão da experiência na formação profissional dos professores**. In.: FERREIRA, A. T. B. (Org). Formação continuada de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IMBERNÓN, **Francisco. Formação continuada de professores** / Francisco Imbernón; tradução Juliana dos Santos Padilha. – Porto Alegre : Artmed, 2010. 120 p.; 23 cm.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente de profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9 ed., São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revista e ampliada – Goiânia: MF Livros, 2008.

LÜDKE, M. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê ? como fazer? Maria Tereza Eglér / São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas** – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas. 6 ed., São Paulo; Cortez, 2011.

MENEZES, E.da C.P.de M.; MELLO, V.S.S. de. **Atendimento educacional especializado na escola regular**: espaço para classificação e normalização dos 61 alunos. In: Anais do VIII Encontro de pesquisa em Educação da Região Sul – AnpedSul, realizado de 18 a 21 de Julho de 2010.

MIRANDA, Teresinha Guimarães; GALVÃO, Teófilo Alves (org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

MINAYO, M.C.S.(Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes , 2010.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

NÓVOA, A. **Profissão professor.** Lisboa: porto Editora.1995

OLIVEIRA, Luiza de Fatima Medeiros de. Formação **docente na escola inclusiva: dialogo como fio tecedor**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PARO, V.H. **Reprovação Escolar**: renúncia à educação. SP. Xamã, 2001.

PÉREZ GÓMEZ, A.I. **O pensamento prático do professor- A formação do professor como prático reflexivo**. In: NÓVOA, A. (Org). Os professorese a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Tradução de Claúdia Schilling. PortoAlegre. Artmed, 2002.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão**: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais. São Paulo: Cortez, 2005.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382014000200006&lang=pt >Acesso em: 27 fer. 2017.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382016000400527&lang=pt >Acesso em: 27 fer. 2017.

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – UFMS. Disponível em:< http://www.seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2354 >Acesso em: 22 fer. 2017.

REVISTA ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362015000200437&lang=pt>Acesso em:27 fer. 2017.

REVISTA INTERDISCIPLINAR DA UNIVATES. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/793> Acesso em: 27 fer.2017.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000400006&lang=pt

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SALAMANQUE. **Educação Inclusiva - um processo e um desafio.**Em"Salamanque - Cinq ans après" - Rapport sur les activités de l'UNESCO à la lumièrede la Déclaration de Salamanque et du Cadre d'Action - pp 9-10, Tradução Jorge Santos, 2008.

SANTOS, Mônica Pereira dos (Org.). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez,2008.

SANT'ANA, F. M. A. **Desvelando o lugar da Educação Especial nas matrizes curriculares dos Cursos de Pedagogia e do Curso Normal Superior à luz da Teoria da Inclusão**. Recife, 2005. 262 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dePernambuco,Recife,2005.Disponívelem:<http://www.ce.ufpe.br/posemeducacao/documentos/Dissertacoes_2005/didatica_dos _conteudos_especificos/FERNANDA_MARIA_ARAUJO_SANTANA.pdf>. acesso em: 10 jun. 2017.

SILVA, L. M**. Educação inclusiva e formação de professores.** Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso. Cuiba/MT, 2009.

SOARES, C. **A inclusão social e a mídia**: um único olhar. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **O professor e o aluno com deficiência** / Maria Aparecida Leite Soares, Maria de Fátima Carvalho. – São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, R. C. e SILVA, G. S. **Desafios para o educador inclusivo. O educador frente à diversidade e à inclusão.** Revista da FACED, nº09, 2005.

SOUZA, S. M. Z. **Avaliação institucional elementos para discussão.** Escolas democráticas: concepções,2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª Ed, São Paulo, Atlas, 2009.

UNESCO. **Garantindo o acesso à educação para todos.** 1990. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_43.pdf>. Acesso em: 20 jun.2017.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6ª ed. São Paulo, Libertad Editora, 2006. 213 p

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário**: **seu cenário e seus protagonistas.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIOS PARA OS PROFESSORES

Nome (fictício):

Formação acadêmica:

Tempo de atuação:

1. Você faz algum curso de formação continuada? Existe alguma dificuldade em relação à falta de capacitação para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

2. A sua escola oferece formação continuada para os professores?

3. Você enquanto professor sente-se capacitado a identificar alunos com necessidades educacionais especiais? E sente-se preparado para trabalhar com eles?

4. O que significa para você ser professor de alunos com necessidades educacionais especiais?

5. Para você enquanto professor qual a importância da educação especial no processo inclusivo?

6. Você se considera um professor inclusivo? Porque?

7. Você enquanto profissional da educação inclusiva acha importante a formação continuada ?

8. Em sua opinião os professores na maioria das vezes sabem ou não como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

9. Professor você acha importante a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula do ensino regular?

Questionário para gestores

Nome (fictício):

1. Qual sua formação?
2. E quanto tempo atua como gestor de escola? Quanto tempo trabalha nessa escola?
3. Para você o que significa uma escola inclusiva?
4. O que você faz para que aconteça a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola?
5. Você enquanto gestor de uma escola inclusiva o que faz para melhorar junto aos professores as práticas dentro da sala de aula?
6. Para você gestor é importante e necessário uma interação entre escola, família e aluno para o processo de inclusão? Explique?
7. A sua escola oferece formação continuada para os professores em relação a educação inclusiva.

8- O que você acha sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula do ensino regular.